



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.
Fls. 029

PROJETO DE LEI Nº 983/11

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 14 DEZ. 2011

Pratt
1º Secretário

Súmula: Institui período para que as pessoas físicas e jurídicas que tenham sob sua guarda o BHC (Hexaclorobenzeno), ou qualquer outro agrotóxico proibido por lei, apresentem, junto aos escritórios que menciona, declaração contendo os dados que especifica.

Art. 1º Fica instituído, quarenta e cinco dias após a publicação da presente lei, um período de 12 (doze) meses consecutivos para que as pessoas físicas e jurídicas que tenham sob sua guarda o BHC (Hexaclorobenzeno), ou qualquer outro agrotóxico proibido por lei, apresentem, junto aos escritórios da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Paraná - SEAB, ou do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER do Paraná ou nas Cooperativas Rurais ou, ainda, a Sindicato Rural patronal ou de trabalhadores, declaração contendo:

I - tipo ou tipos de agrotóxicos;

II - período estimado em que estão depositados ou armazenados;

Q



III - quantidade, ainda que estimada, dos agrotóxicos; e

○ IV - condições em que estão armazenados os agrotóxicos.

Parágrafo único. O cadastramento de que trata o caput do presente artigo isentará o declarante de quaisquer sanções cíveis, penais ou administrativas, relacionadas aos agrotóxicos.

Art. 2º Desde a publicação da presente até o término do prazo previsto no artigo 1º da presente lei, poderá o Poder Executivo promover ampla divulgação com o intuito de sensibilizar a população da importância da retirada dos agrotóxicos mencionados no artigo 1º da presente lei, bem como procedimentos para a realização deste cadastramento.

○ Art. 3º O Poder Executivo, por meio de suas Secretarias de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA e Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SEAB e pelo Instituto Ambiental do Paraná - IAP, poderá firmar convênios com instituições públicas ou privadas para promover a cooperação técnica-financeira para a destinação final dos produtos encontrados.

G



Parágrafo único. A Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA, a contar quarenta e cinco dias da publicação da lei, proporá soluções de gerenciamento dos estoques declarados, em conjunto com fabricantes de produtos agrotóxicos, cooperativas de antigos usuários e outras instituições relacionadas ao tema.

Art. 4º O Poder Executivo deverá regulamentar a presente lei em até trinta dias.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,.....2011.



LUIZ EDUARDO CHEIDA

DEPUTADO ESTADUAL



JUSTIFICATIVA

Senhores Deputados, é notório os males causados pelo Hexaclorobenzeno – BHC a todos os seres vivos. Por isso mesmo encontra-se proibido por lei há quase 30 anos.

A Lei 16.082/2009, cujo Projeto de Lei de minha autoria e da ilustre Deputada Rosane Ferrelra, foi um marco no Estado do Paraná e referência para demais Estados, visto que estabeleceu prazo para que as pessoas que mantinham sob a sua guarda o referido produto químico, o entregassem para os órgãos públicos.

Também a norma citada, não previu nenhuma punição às pessoas que tinham em sua propriedade o produto e se dispunham a entregá-lo. Este ponto facilitou a entrega do produto, visto que o simples fato de deter consigo o produto, não imputou nenhuma infração/multa.

Todavia, o prazo estabelecido na Lei 16.082/2009, não foi suficiente para a entrega do produto pelos agricultores e também para os órgãos responsáveis que não tiveram tempo hábil para recolhê-lo.

Desta feita Senhores Deputados, o projeto de lei que ora apresento, estabelece novo prazo para que se finalize a entrega do Hexaclorobenzeno – BHC, ainda na posse de



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



peessoas físicas e jurídicas, sem prejuízos às mesmas, mas com ganho enorme para o meio ambiente e a vida.

Ademais, controlar e fiscalizar os agrotóxicos e afins e produtos tóxicos e perigosos, quanto ao transporte e destinação final de resíduos nos termos da legislação específica vigente, é uma das obrigações do Poder Público, estabelecida pela Lei 11.352/96.

Certo de que Vossas Excelências primam pela vida humana e demais formas de vida no meio ambiente, peço o devido apoio para aprovação do Projeto de Lei.


LUÍZ EDUARDO CHEIDA

DEPUTADO ESTADUAL



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI 983/11

Projeto de Lei nº 983/11

Autor: Deputado Luiz Eduardo Cheida

Súmula: Institui período para que as pessoas físicas e jurídicas que tenham sob sua guarda o BCH (Hexaclorobenzeno), ou qualquer outro agrotóxico proibido por lei, apresentem, junto aos escritórios que menciona, declaração contendo os dados que especifica.

EMENTA: APRESENTAÇÃO PELAS PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS DE DECLARAÇÃO DE AGROTÓXICOS AOS ÓRGÃOS QUE DETERMINA. PRAZO DE DOZE MESES A PARTIR DE SUA PUBLICAÇÃO. OBJETIVO DE AMPLIAR O PRAZO DA LEI ESTADUAL 7.953/2009. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Exmo. Sr. Deputado Luiz Eduardo Cheida visa obrigar que as pessoas físicas e jurídicas, que tenham sob sua guarda BHC (Hexaclorobenzeno) ou outros agrotóxicos proibidos, apresentem respectiva declaração junto aos órgãos de escritórios que especifica.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar o



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
Fls. 16
C

constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - A: Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

O objetivo do presente projeto de Lei é ampliar o prazo anteriormente previsto pela Lei Estadual 16.082/2009.

Desta forma, não há ilegalidade ou inconstitucionalidade no Projeto apresentado, merecendo aprovação.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **LEGALIDADE**.

Sala das Comissões, 17 de abril de 2012.

Deputado **CARLO QUINTANA**
~~Presidente em exercício~~

Deputado **CÉSAR SILVESTRE FILHO**
Relator

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 983/2011

O presente projeto de lei, de autoria do Luiz Eduardo Cheida, visa obrigar que as pessoas físicas e jurídicas, que tenham sob sua guarda BHC (Hexaclorobenzeno) ou outros agrotóxicos proibidos, apresentem respectiva declaração junto aos órgãos de escritórios que especifica.

Em razão do objeto do presente projeto de lei possuir um relevante interesse coletivo, opino favoravelmente à aprovação do presente Projeto de Lei.

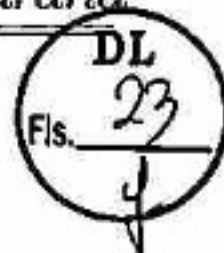
Portanto, em face do exposto e conforme o parecer da CCJ, oferecemos PARECER FAVORÁVEL, recomendando a sua aprovação.

Curitiba, 04 de junho de 2012.

DEPUTADO JONAS GUIMARÃES

RELATOR

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO



PARECER
COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

Projeto de Lei nº 983/2011

Autor: Deputado Luiz Eduardo Chelida

Ementa: Institui período para que as pessoas físicas e jurídicas que tenham sob sua guarda o BHC (Hexaclorobenzeno), ou qualquer outro agrotóxico proibido por lei, apresentem, junto aos escritórios que mencionam, declaração contendo os dados que especifica.

I - RELATÓRIO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Chelida, tem como finalidade instituir um prazo de 12 (doze) meses consecutivos para que as pessoas físicas e jurídicas apresentem aos escritórios da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Paraná - Seab, ou do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER do Paraná ou nas Cooperativas Rurais, ou ainda a Sindicato Rural Patronal ou de Trabalhadores.

Com a proposta legislativa o seu autor pretende implantar medidas de saúde pública, uma vez que define prazos para que seja feita a entrega embalagens de produtos químicos, pois, caso continuasse sem a destinação correta, muitas pessoas poderiam vir a ser contaminadas.

II - FUNDAMENTAÇÃO

Na qualidade de relator, fui designado para examinar parecer pela Comissão de Saúde Pública, onde a análise da matéria em tela, por envolver estudo de aspectos da saúde, inscreve-se no rol das competências incumbidas a esta Comissão por força do art. 33-1, do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Verificado o processo legislativo do anteprojeto de lei em tela, foi constatado que a Diretoria Legislativa da Assembleia Legislativa informa que o assunto tratado guarda similitude com a Lei Estadual nº 16.082, de 2009. Mesmo havendo a similitude com a lei anterior, entendo que os prazos definidos nela já prescreveram e não atende o objeto principal que é a entrega dos produtos.

Sendo assim, por entender que assunto tratado no Projeto de Lei nº 983, de 2011, atende aos aspectos relativos à necessidade, a oportunidade, a conveniência e a relevância, sou pela tramitação do referido projeto.




III - CONCLUSÃO E PARECER

Ante o exposto os Deputados que compõem a Comissão de Saúde Pública, acompanham o voto do relator e manifestam-se pela Parecer Favorável ao referido Projeto de Lei nº 983, de 2011.

Sala das Comissões, 21 de junho de 2012.


Dr. Batista
Presidente Comissão


Adelino Ribeiro Silva
Relator







Emenda de Plenário nº	01
DAP	30 OUT. 2012
Visto	<i>[Assinatura]</i>

SUBSTITUVO GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 983/2011

Súmula: Institui período para que as pessoas físicas e jurídicas que tenham sob sua guarda o BHC (Hexaclorobenzeno), ou qualquer outro agrotóxico proibido por lei, apresentem, junto aos escritórios que menciona, declaração contendo os dados que especifica.

Art. 1º Fica instituído, quarenta e cinco dias após a publicação da presente lei, um período de 06 (seis) meses consecutivos para que as pessoas físicas e jurídicas que tenham sob sua guarda o BHC (Hexaclorobenzeno), ou qualquer produto agrotóxico de uso proibido ou vencido, cuja fabricante não possa ser identificado ou responsabilizado pelo recolhimento, apresentem, junto aos escritórios do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER do Paraná que, posteriormente, deverá ser encaminhado ao Instituto das Águas do Paraná para as providências pertinentes, declaração contendo:

I - tipo ou tipos de agrotóxicos;

II - período estimado em que estão depositados ou armazenados;

[Assinatura]



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



III - quantidade, ainda que estimada, dos agrotóxicos; e

IV - condições em que estão armazenados os agrotóxicos.

Parágrafo único. O cadastramento de que trata o caput do presente artigo isentará o declarante de quaisquer sanções cíveis, penais ou administrativas, relacionadas aos agrotóxicos.

Art. 2º Desde a publicação da presente até o término do prazo previsto no artigo 1º da presente lei, poderá o Poder Executivo promover ampla divulgação com o intuito de sensibilizar a população da importância da retirada dos agrotóxicos mencionados no artigo 1º da presente lei, bem como procedimentos para a realização deste cadastramento.

Art. 3º O Poder Executivo, por meio de suas Secretarias de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA e Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SEAB e pelo Instituto Ambiental do Paraná - IAP, poderá firmar convênios com instituições públicas ou privadas para promover a cooperação técnica-financeira para a destinação final dos produtos encontrados.

Parágrafo único. A Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA, a contar quarenta e cinco dias da publicação da lei, proporá soluções de gerenciamento dos estoques declarados, em conjunto com fabricantes de produtos agrotóxicos, cooperativas de antigos usuários e outras instituições relacionadas ao tema.

Art. 4º O Poder Executivo deverá regulamentar a presente lei em até trinta dias.

A



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Art. 5º Fica revogada a Lei 16.082 de 17 de abril de 2009.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,.....2011.


LUIZ EDUARDO CHEIDA

DEPUTADO ESTADUAL

④ Nelson Lorenzini

“LUIZ”

⑤ A. Zuch

⑥ Adelar

③ Aníbal

② B. M. M.



JUSTIFICATIVA

Senhores Deputados, é notório os males causados pelo Hexaclorobenzeno – BHC a todos os seres vivos. Por isso mesmo encontra-se proibido por lei há quase 30 anos.

A Lei 16.082/2009, cujo Projeto de Lei de minha autoria e da ilustre Deputada Rosane Ferreira, foi um marco no Estado do Paraná e referência para demais Estados, visto que estabeleceu prazo para que as pessoas que mantinham sob a sua guarda o referido produto químico, o entregassem para os órgãos públicos.

Também a norma citada, não previu nenhuma punição às pessoas que tinham em sua propriedade o produto e se dispunham a entregá-lo. Este ponto facilitou a entrega do produto, visto que o simples fato de deter consigo o produto, não imputou nenhuma infração/multa.

Todavia, o prazo estabelecido na Lei 16.082/2009, não foi suficiente para a entrega do produto pelos agricultores e também para os órgãos responsáveis que não tiveram tempo hábil para recolhê-lo.

O Substitutivo Geral que ora se apresenta ao Projeto de Lei nº 983/2011, também de minha autoria, versa sobre medidas sugeridas pelo Instituto das Águas, pela Secretaria de Estado de Agricultura – SEAB e pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA, conforme se esclarece:

No artigo 1º do Projeto de Lei citado, o Instituto das Águas do Paraná solicitou que, o prazo de 12 (doze meses) que constou no PL original seja diminuído, visto que todo o

9



período de divulgação da necessidade do recolhimento já foi suprido e que não mais carece de um ano, sendo possível realizar o trabalho em 6 (seis) meses, pois os agricultores já estão cientes da sua obrigação da auto declaração.

Ainda no artigo 1º do PL 983/2011, a Secretaria de Estado da Agricultura solicitou que conste a seguinte redação: *"ou qualquer produto agrotóxico de uso proibido ou vencido, cuja fabricante não possa ser identificado ou responsabilizado pelo recolhimento"*, visto ser necessário, segundo a SEAB, a limitação adequada do tipo do produto (conforme ofício GS/0925/2012 do Secretário Norberto Ortigara, em anexo).

Para agilizar a logística de planejamento visando o recolhimento, ficou evidenciado na prática que o auto declaração deverá ser entregue ao Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER, que o encaminhará para o Instituto das Águas do Paraná para as medidas pertinentes.

A Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA, solicitou a revogação da Lei 16.802 de 17 de Abril de 2009, que tratou do auto de declaração e do recolhimento do BHC, naquele período, por entender que a norma já não mais tem eficácia.

Por derradeiro, cumpre dizer que, anexo a esta justificativa, está o estudo realizado pelo Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias- INPEV no ano de 2011, no qual se comprova a questão das sobras de agrotóxicos nas propriedades.

[Assinatura]



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Certo de que Vossas Excelências primam pela vida humana e demais formas de vida no meio ambiente, peço o devido apoio para aprovação do Projeto de Lei.

Assinatura manuscrita de Luiz Eduardo Cheida, escrita em uma caligrafia cursiva fluida.

LUIZ EDUARDO CHEIDA

DEPUTADO ESTADUAL



Pesquisa Kleffmann: resultado

impoEV

1184 Propriedades Entrevistadas
85% das propriedades alegam não ter problema com sobra de defensivos na propriedade

15% tem "sobra" de defensivo

5% possui alternativa viável e legal para as sobras

5% utiliza produtos vencidos

5% não sabe o que fazer com as "sobras"

Resumo



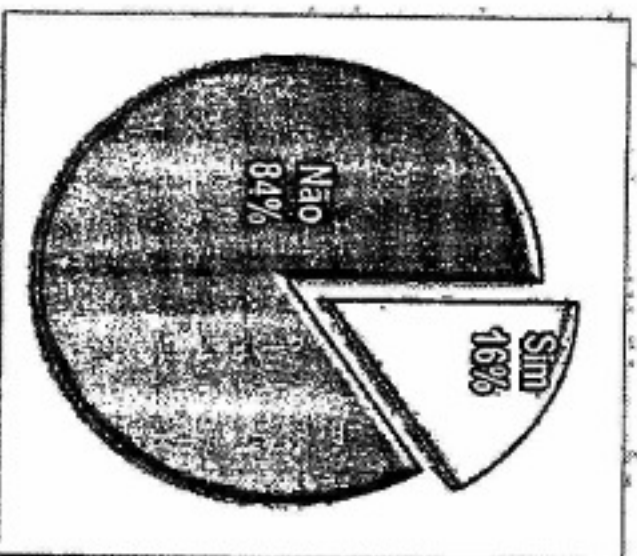
f



Pesquisa Kleffmann: uso do Sistema Campo Limpo

EMPLOYEE

1) Teria algum problema se essas sobras
pudessem ser entregues nas unidades
de recebimento de Embalagens Vazias?



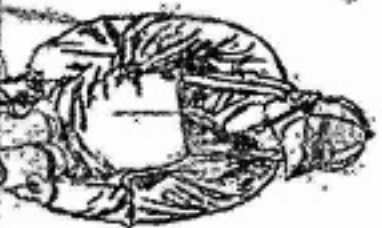
2) Quais problemas?

Distância	35,4
Transporte produtos	25,3
Atendimento	18,2
Transporte de embalagens avariadas	12,1
Custo	7,1
Local inadequado	6,1
Porque não receberia nada em troca (produtos/dinheiro)	5,1

F

**inpev**

1. Definições
2. Destinação de agrotóxicos impróprios
3. Status do programa de destinação de BHC e outros agrotóxicos proibidos por lei no Estado do Paraná
4. Status da Campanha de Levantamento de BHC e outros Agrotóxicos proibidos por lei no Estado de São Paulo

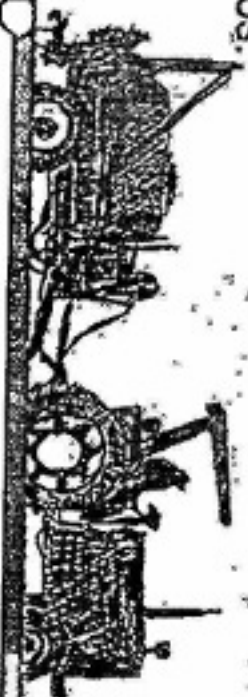




Entendimentos e próximos passos

inpev

- Licenciamento estadual: OREs não são licenciadas para recebimento de produtos
- Necessidade de revisão do Conama 334: Art. 7º Os postos e centrais não poderão receber embalagens com restos de produtos, produtos em desuso, ou impróprios para comercialização e utilização.
- Necessidade de revisão do decreto 4.074/02, para inserir a visão da Logística Reversa também para os impróprios.



5



Histórico

inpev

Cerca de 2.000 auto-
declarações entregues
em 230 municípios,
totalizando 630
toneladas

Destinação
530 toneladas
destinadas até
junho

Criação
do GT

Lei Estadual
16.082

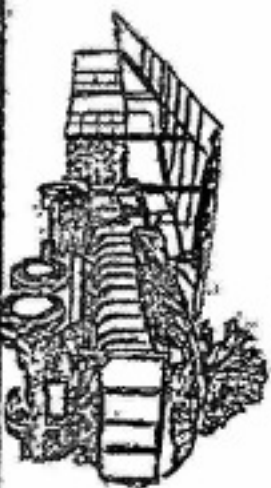
2005

2009

2010

2012

Período para
auto-declaração



GS/0925/2012

Curitiba, 16 de julho de 2012.




Senhor Secretário,

Em atenção ao contido no ofício nº 045/2012 - CTL, com protocolado registrado no Sistema Integrado de Documentos (SID) sob nº 11.354.089-3, informamos a Vossa Excelência que o Projeto de Lei em análise é medida para continuidade de projeto que está em execução, qual seja, o recolhimento de toneladas de BHC e outros produtos obsoletos que se encontram em propriedades rurais e depósitos diversos.

A possibilidade dos produtores declararem a posse desses produtos tóxicos de uso proibido, sem o risco de sofrerem qualquer sanção, permitiu ao Estado, com apoio das organizações dos produtores (FAEP e OCEPAR, principalmente) e da indústria produtora de agrotóxicos, por meio do INPEV, programar o recolhimento em todo o Paraná, porém, ficou a percepção de que o período de auto-declaração não foi aproveitado por muitos detentores e que ainda existem quantidades a serem mensuradas e recolhidas. Portanto, a abertura de novo período de auto-declaração, por dilatação do prazo da Lei nº 16.082/09 ou por nova lei, é conveniente.

No entanto, é importante limitar adequadamente o tipo de produto que a norma pretende abranger. A rigor, o BHC não é mais um agrotóxico, mas sim um produto tóxico de uso proibido na agricultura. Dessa forma, e considerando que esta SEAB/ADAPAR, rotineiramente determina o recolhimento de agrotóxicos vencidos ou de uso proibido no Paraná, desde que seja possível determinar sua origem, sugerimos que, caso de se edite nova lei, o texto seja alterado e, no lugar de "... qualquer outro agrotóxico..." conste "... qualquer produto agrotóxico de uso proibido ou vencido, cujo fabricante não possa ser identificado ou responsabilizado pelo recolhimento".

Atenciosamente,


Norberto Anacleto Ortigara,
Secretário de Estado.

Excelentíssimo Senhor
Luiz Eduardo Sebastiani
Secretário Chefe da Casa Civil
NESTA CAPITAL

Centro Legislativo Presidente Aníbal Kury

Assimbleia Legislativa do Estado do Paraná
Rua da Funcionários 1319 - 80035-020 | Curitiba | Paraná | Brasil | Tel: 3315 4000 | www.agricultura.pr.gov.br





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER À EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº
983/11

Projeto de Lei nº 983/11

Autor da emenda: Deputado Luiz Eduardo Chelda.

Súmula: Institui período para que as pessoas físicas e jurídicas que tenham sob a sua guarda o BHC (hexaclorobenzeno), ou qualquer outro agrotóxico proibido por lei, apresentem, junto aos escritórios que menciona, declaração contendo os dados que especifica.

EMENTA: OBJETIVA ALTERAR O PROJETO DE LEI Nº 983/11. POSSIBILIDADE. ARTS. 33-A, 137 E 141 REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei em análise, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Chjeida visa instituir um período de 12 (doze) meses consecutivos para que as pessoas físicas e jurídicas que tenham sob a sua guarda o BHC (Hexaclorobenzeno), apresentem, junto aos escritórios da Secretaria de

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

Concedido vista.

Em 12/11/2017

Eduardo Chjeida

CCJ



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Estado da Agricultura e do Abastecimento, institutos e cooperativas correspondentes, declaração específica, sendo que recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, em face do voto exarado pelo Deputado Cesar Silvestri Filho.

Ocorre que, quando da segunda discussão em Plenário o referido projeto recebeu Emenda Substitutiva Geral, de autoria Deputado Luiz Eduardo Cheida. Por esta razão é que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, cumpre esclarecer que compete a esta Comissão de Constituição e Justiça a análise inicial de verificação quanto à legalidade e constitucionalidade da emenda em tela, com a devida verificação de legitimidade e técnica legislativa, conforme tutela o Regimento Interno desta Assembléia Legislativa:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

1 - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Além disso, o Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I - ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

II - nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)

Portanto, verifica-se que foi respeitado o Inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, tendo em vista que a presente emenda foi proposta no início da 2ª Discussão em Plenário e apoiada por mais de cinco Deputados.

O Regimento Interno, em seu art. 137, §2º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como substitutiva aquela proposição apresentada como sucedânea de outra. Denomina-se substitutivo quando abrange o seu conjunto.

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 2º Emenda substitutiva é a proposição apresentada como sucedânea de outra. Denomina-se substitutivo quando abrange o seu conjunto.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



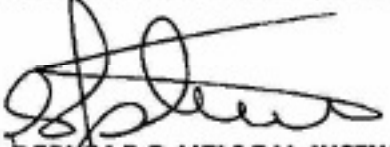
Assim, verifica-se que a presente emenda está perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98.


CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** da presente Emenda Substitutiva Geral proposta pelo Deputado Luiz Eduardo Cheida, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 19 de Novembro de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO ALEXANDRE CURI
RELATOR


APROVADO

unanimemente 20.11.12



~~ANTE~~ PROJETO DE LEI

Nº 415/12

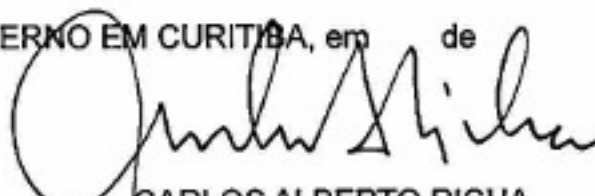
Súmula: Revoga as Leis nºs 13.971, de 26 de dezembro de 2002 e 14.999, de 26 de janeiro de 2006.

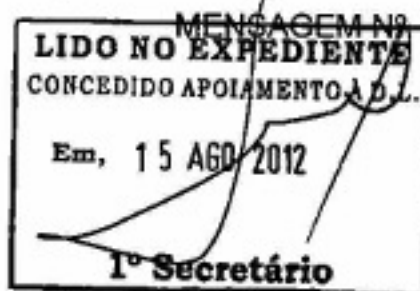
Art. 1º Ficam revogadas as Leis nºs 13.971, de 26 de dezembro de 2002 e 14.999, de 26 de janeiro de 2006.

Art. 2º Ficam sem efeitos as autorizações concedidas com base no Decreto nº 3.708, de 31 de outubro de 1997 e revalidadas pela Lei nº 13.971, 26 de dezembro de 2002, preservados os efeitos relativos aos fatos geradores ocorridos até o último dia do mês em que ocorrer a publicação desta lei.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do mês seguinte ao da sua publicação.

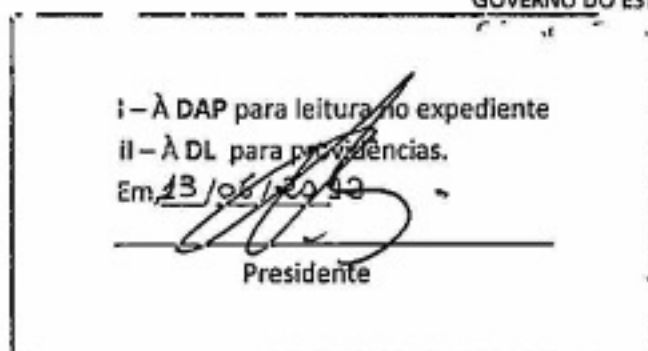
PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em de de 2012.


CARLOS ALBERTO RICH
GOVERNADOR DO ESTADO



MENSAGEM Nº 043/2012

Curitiba, 09 de agosto de 2012



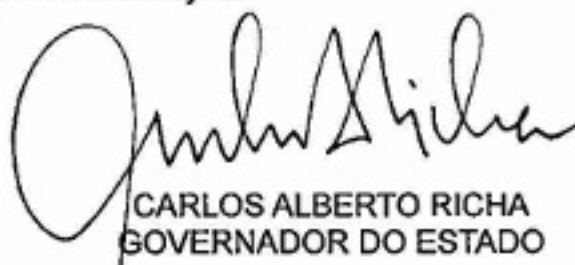
Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência para apreciação dessa Assembleia Legislativa o incluso anteprojeto que objetiva revogar as Leis nº 13.971, de 26 de dezembro de 2002 e 14.999, de 26 de janeiro de 2006.

Referidas leis tratam de benefícios fiscais para empresas comerciais instaladas na Estação Aduaneira do Interior – EADI/Maringá. Contudo, não cumpriram os objetivos para os quais foram editadas, pois possibilitaram a efetivação de importações e a geração indevida de créditos fiscais, benefício efetivo ao Estado do Paraná.

Ainda, conforme informação da Receita Estadual as empresas devem ao erário R\$ 437.648.430,26 (quatrocentos e trinta e sete milhões, seiscentos e quarenta e oito mil, quatrocentos e trinta reais e vinte e seis centavos), a título de ICMS. Das empresas com débitos, apenas duas delas possuem inscrições estaduais principais ativas. Desta forma, as demais inscrições encontram-se baixadas ou canceladas, indicando que o recebimento dos valores será de grande dificuldade.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICH
GOVERNADOR DO ESTADO

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
N/CAPITAL
AJB/Prot. 9.124.033-5



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
13
S

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 415/12

Projeto de Lei nº. 415/12

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 043/12

Súmula: Revoga as Leis nºs 13.971/2002 e 14.999/2006, que tratam sobre benefícios fiscais para empresas.

EMENTA: REVOGA AS LEIS NºS 13.971/2002 E 14.999/2006, QUE TRATAM SOBRE BENEFÍCIOS FISCAIS PARA EMPRESAS. INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 24, 61 E 150 DA CF. ARTS. 13, 65, 66 E 87 DA CE. ART. 26 DA LEI ESTADUAL Nº 8.485/87. ARTS. 1º E 2º DECRETO ESTADUAL Nº 2.838/97. ART. 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O projeto de lei de autoria do Poder Executivo tem por escopo revogar as Leis nº 13.971/2002 e 14.999/2006, que tratam de benefícios fiscais para empresas comerciais instaladas na Estação Aduaneira do Interior – EADI/Maringá.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Concedido vista.

Em 21/08/2012

Assinado por
Teodorico Gomes
CCJ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



A CONSTITUIÇÃO FEDERAL da República Federativa do Brasil determina especificamente a competência de cada ente e, no caso em tela, observa-se que a competência é concorrente, conforme segue:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;

A CONSTITUIÇÃO ESTADUAL DO PARANÁ em perfeita consonância com a Constituição Federal do Brasil vem, em seu artigo 13 estabelecer que:

Art. 13. Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre:

I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;

Ademais, importante ressaltar os seguintes dispositivos da CONSTITUIÇÃO FEDERAL:

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

II - disponham sobre:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

(...)

§ 6.º Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concedido mediante lei específica, federal, estadual ou municipal, que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição, sem prejuízo do disposto no art. 155, § 2.º, XII, g.

Além disso, a Lei Estadual n.º 8.485 de 03 de junho de 1987, dispõe sobre as competências da **SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA** mais especificamente em seu artigo n.º 26 que assim determina:

Art. 26. O âmbito de ação da Secretaria de Estado da Fazenda compreende: a análise e a avaliação permanente da economia do Estado; a formulação e execução da política e da administração tributária, econômica, fiscal e financeira do Estado; as medidas de controle interno e a coordenação das providências exigidas pelo controle externo da administração pública; os estudos e pesquisas para previsão da receita, bem como as providências executivas para a obtenção de recursos financeiros de origem tributária e



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



outros; a contabilidade geral e administração dos recursos financeiros do Estado; a inscrição e cobrança da dívida ativa; a orientação dos contribuintes; o aperfeiçoamento da legislação tributária estadual; a auditoria financeira, a análise e o controle de custos na administração direta; a análise da viabilidade de fundos especiais, o controle e a fiscalização da sua gestão; a defesa dos capitais do Estado; o controle dos investimentos públicos e de capacidade de endividamento do Governo; a execução do Orçamento do Estado pelo desembolso programado dos recursos financeiros alocados aos órgãos governamentais; outras atividades correlatas.

Nesta esteira, o campo de atuação e competência da **SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**, no dia 15 de janeiro de 1997, foi aprovado Regulamento dessa Secretaria vide Decreto n.º 2.838:

Art. 1º - A Secretaria de Estado da Fazenda - SEFA constitui, nos termos da Lei nº 8.485, de 03 de junho de 1987, órgão de primeiro nível hierárquico da administração estadual, de natureza instrumental, para o planejamento, a coordenação, a fiscalização, o controle, a execução e a orientação normativa dos sistemas estaduais orçamentário, financeiros e de tributação.

Art. 2º - A Secretaria de Estado da Fazenda e as entidades da administração indireta a ela vinculadas têm como finalidade elaborar, acompanhar e executar o orçamento do Estado, obter e fornecer ao Poder Público os recursos financeiros necessários à



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



consecução de seus objetivos, gerir os valores do Estado, propiciar a administração pública as informações do setor imprescindíveis à sua boa gestão e desenvolver as medidas tendentes a fortalecer e a ampliar os setores da economia.

Parágrafo único - Para atingir as finalidades constantes do artigo, a Secretaria de Estado da Fazenda deverá alcançar os seguintes objetivos:

(...)

IV - a formulação da política tributária, como instrumento de ação do Governo;

(...)

XIII - defesa dos capitais do Estado.

Assim, é preciso observar que a CONSTITUIÇÃO ESTADUAL aduz que a iniciativa de Leis que disponham sobre a organização e funcionamento das Secretarias de Estado, bem como que tratam das atividades a serem desenvolvidos por estas Secretarias, **são de iniciativa privativa do Governador do Estado**, nos termos dos artigos 66 e 87, vejamos:

Art. 66 - Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

IV - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

III - exercer, com o auxílio dos Secretários de Estado, a direção superior da administração estadual. (grifos nossos)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



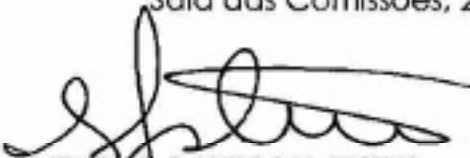
Assim, resta claro que como o chefe do Poder Executivo detém competência para criar as Leis em comento, também possui a prerrogativa de revogá-las.


Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

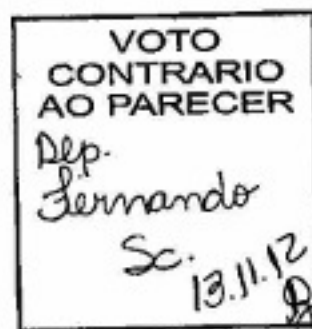
CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 21 de agosto de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO ALEXANDRE CURI
RELATOR





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 415/12

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, examinar a Proposição de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 043/12 que objetiva revogar as Leis nºs 13.971, de 26 de dezembro de 2002 e 14.999, de 26 de janeiro de 2006, que tratam de benefícios fiscais para empresas comerciais instaladas na Estação Aduaneira do Interior – EADI/Maringá.

Preliminarmente denota-se que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Deputado Alexandre Curi e após sua análise constitucional e regimental exarou o competente parecer favorável.

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, nada encontramos que possa obstar a normal tramitação processual legislativa.

Observe-se que o objeto do Projeto em tela, está em consonância com o art. 24, da Constituição Federal, onde denota-se a competência do Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre o tema proposto pelo presente projeto de lei.

De igual modo, constata-se que a Constituição do Estado em seu art. 66 3 87, ressalta que a iniciativa privativa de matérias dessa natureza é do Governador do Estado.

Constata-se ainda, consoante a Informação nº 024/2012-IGA/ACA, da Inspeção Geral de Arrecadação, da Coordenadoria da Receita Estadual, que as empresas devem ao erário o valor de R\$470.512.348,64 (quatrocentos e setenta milhões, quinhentos e doze mil,



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças


DL
Fls. 22
54

trezentos e quarenta e oito reais e sessenta e quatro centos), (posição de setembro/2012).

Isto posto, nada encontramos que possa obstaculizar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões, 20/11/12


DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE


DEPUTADO ELIO RUSCH
RELATOR





PROJETO DE LEI 531/12

EMENTA: Transfere os Municípios de Bela Vista do Caroba e Pinhal de São Bento para a Comarca de Ampére, de entrância inicial, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 - Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, e adota outras providências

Art. 1.º Ficam os Municípios de Bela Vista do Caroba, da Comarca de Capanema e Pinhal de São Bento, da Comarca de Santo Antônio do Sudoeste, transferidos para a Comarca de Ampére, de entrância inicial, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 - Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná.

Art. 2.º Fica alterado o art. 288 da Lei Estadual nº 14.277/2003, que passa a vigorar acrescido do inciso XII, com a seguinte redação:

"Art. 288. Ficam transferidos os seguintes Distritos Judiciários:

(...)

XII – Bela Vista do Caroba, da Comarca de Capanema e Pinhal de São Bento, da Comarca de Santo Antônio do Sudoeste, para a Comarca de Ampére."

Art. 3.º Ficam alterados os Anexos III, Tabela 2, e IV da Lei referida no artigo 1º.

Art. 4.º Ficam convalidados os atos praticados pelo Juiz de Direito da Comarca de Ampére nos processos provenientes dos Distritos Judiciários de Bela Vista do Caroba e Pinhal de São Bento, desde o ato de instalação daquela Comarca.

Art. 5.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.





Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



JUSTIFICATIVA

O presente Anteprojeto de Lei originado pelo protocolo sob nº 210.787/2011-TJPR, tem por finalidade transferir os Municípios de Bela Vista do Caroba, da Comarca de Capanema e Pinhal de São Bento, da Comarca de Santo Antônio do Sudoeste, para a Comarca de Ampére, de entrância inicial, visando a melhor distribuição da estrutura organizacional do Poder Judiciário no Estado do Paraná, de forma a melhor atender a região ora contemplada.

Com a alteração proposta, busca-se uma melhor adequação na composição populacional da Comarca de Ampére, recentemente criada pela Lei Estadual n.º 17.249, de 31 de julho de 2012.

A transferência do Município de Bela Vista do Caroba (3.921 habitantes), da Comarca de Capanema (42.719 habitantes) e do Município de Pinhal de São Bento (2.600), da Comarca de Santo Antônio do Sudoeste (27.135 habitantes), ambos para a Comarca de Ampére (17.108 habitantes), proporcionarão uma melhor divisão populacional e territorial das comarcas envolvidas, refletindo em uma melhora na prestação jurisdicional.

Observe-se que as Comarcas de Capanema e Santo Antônio do Sudoeste, ambas de entrância intermediária, passarão a ter população de aproximadamente 38.700 e 24.500 habitantes, respectivamente, enquanto a Comarca de Ampére passará de uma população de 17.000 habitantes para aproximadamente 23.500 habitantes.

A transferência dos Municípios de Bela Vista do Caroba, da Comarca de Capanema e Pinhal de São Bento, da Comarca de Santo Antônio do Sudoeste, para a Comarca de Ampére, de entrância inicial, foi objeto de aprovação pelo egrégio Órgão Especial do Tribunal de Justiça, em Sessão realizada em 08 de outubro de 2012.



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Outrossim, os Anexos alterados pela proposta do Anteprojeto de Lei, deverão ser publicados juntamente com o texto final, vez que é parte integrante da mesma.

Em razão da aludida transferência não implicar em aumento de despesas, deixamos de apresentar a Declaração do Ordenador da Despesa.

Assinatura manuscrita, possivelmente de um representante judicial, localizada no canto inferior direito do texto principal.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003
COMPOSIÇÃO DAS COMARCAS E SEUS DISTRITOS JUDICIÁRIOS - DEMAIS COMARCAS - ANEXO III - TABELA 2

Nº	COMARCA	Nº	Sede / Serviço Distrital Municipal	Nº	Serviço Distrital Não Municipal
7	Ampére		Ampére		
			Bela Vista do Caroba		
			Pinhal de São Bento		
...					
26	Capanema		Capanema	75	São Luís
				76	Alto Faraday
				77	Cristo Rei
			Pérola do Oeste	78	Condiolândia
			Planalto	79	Centro Novo
...					
119	Santo Antônio do Sudoeste		Santo Antônio do Sudoeste		
			Pranchita	157	São Pedro do Florido
...					



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ

CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003
COMPOSIÇÃO DO FORO JUDICIAL E FORO EXTRAJUDICIAL POR COMARCA ANEXO - IV

... AMPÉRE - Comarca de Entrância Inicial

FORO JUDICIAL

Juiz Único

Juizado Especial Cível e Criminal

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público

FORO EXTRAJUDICIAL

Tabellionato de notas, acumulando, precariamente, o Tabellionato de protesto de títulos

Serviço de registro de imóveis

Serviço de registro civil das pessoas naturais, acumulando, precariamente, o Serviço de registro de títulos e documentos e civil das pessoas jurídicas

SERVIÇO DISTRICTAL

Serviço distrital de Bela Vista do Caroba

Serviço distrital de Pinhal de São Bento

...

CAPANEMA - Comarca de Entrância Intermediária

FORO JUDICIAL

Vara Cível, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial

Vara Criminal, da Infância e da Juventude e Família

Juizado Especial Cível e Criminal

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público

FORO EXTRAJUDICIAL

Tabellionato de notas, acumulando, precariamente, o Tabellionato de protesto de títulos

Serviço de registro de imóveis

Serviço de registro civil das pessoas naturais, acumulando, precariamente, o Serviço de registro de títulos e documentos e civil das pessoas jurídicas

SERVIÇO DISTRICTAL

Serviço distrital de Pádua do Oeste

Serviço distrital de Planalto

Serviço distrital de São Luís

Serviço distrital de Alto Faraday

Serviço distrital de Cristo Rei

Serviço distrital de Concórdia

Serviço distrital de Centro Novo

...

SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE - Comarca de Entrância Intermediária

FORO JUDICIAL

Vara Cível, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial

Vara Criminal, da Infância e da Juventude e Família

Juizado Especial Cível e Criminal

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público

FORO EXTRAJUDICIAL

Tabellionato de notas

Tabellionato de protesto de títulos

Serviço de registro de imóveis

Serviço de registro civil das pessoas naturais, acumulando, precariamente, o Serviço de registro de títulos e documentos e civil das pessoas jurídicas

SERVIÇO DISTRICTAL

Serviço distrital de Piraçuna

Serviço distrital de São Pedro do Fiorão

...





Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

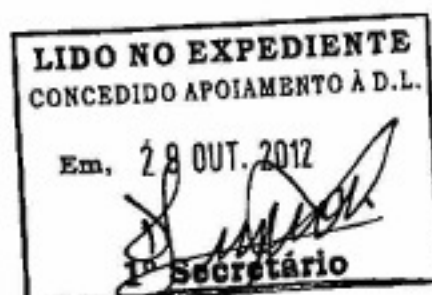
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Curitiba, 17 de outubro de 2012.
Of. nº 1.459/2012-GP

I - À DAP para leitura no expediente
II - À DL para providências.
Em, 22/10/2012
Presidente

A sua Excelência o Senhor
Deputado Estadual **VALDIR LUIZ ROSSONI**
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Nesta Capital



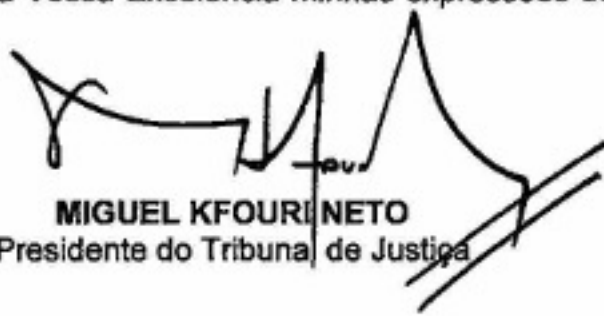
Senhor Presidente:

Encaminho a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que propõe a transferência dos Municípios de Bela Vista do Caroba, da Comarca de Capanema e Pinhal de São Bento, da Comarca de Santo Antônio do Sudoeste, para a Comarca de Ampére, de entrância inicial, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003.

As razões desta proposição estão contempladas na justificativa que acompanha o aludido anteprojeto.

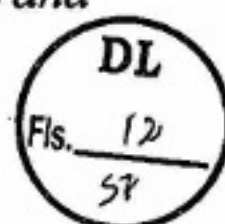
Deixamos de apresentar a declaração de adequação orçamentária em razão da alteração acima referida não implicar em aumento de despesas.

Neste ensejo, consigno a Vossa Excelência minhas expressões de consideração e apreço.


MIGUEL KFOUR NETO
Presidente do Tribunal de Justiça



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 531/12

Projeto de Lei nº. 531/12
Autor: Tribunal de Justiça

Súmula: Transfere os Municípios de Bela Vista do Caroba e Pinhal de São Bento para a Comarca de Ampére, alterando a Lei Estadual n.º. 14.277/2003 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná).

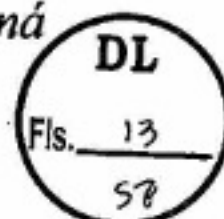
EMENTA: TRANSFERE OS MUNICÍPIOS DE BELA VISTA DO CAROBA E PINHAL DE SÃO BENTO PARA A COMARCA DE AMPÉRE. ALTERA A LEI N.º. 14.277/2003. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 96 DA CF. ARTS. 65 E 101 DA CE. IMPACTO FINANCEIRO DEVIDAMENTE ANEXADO EM CUMPRIMENTO À LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O projeto de lei de autoria do Tribunal de Justiça visa transferir os Municípios de Bela Vista do Caroba, da Comarca de Capanema e Pinhal de São Bento, da Comarca de Santo Antônio do Sudoeste, transferidos para a Comarca de Ampére, de entrância inicial, alterando a Lei n.º. 14.277, de 30 de dezembro de 2003 – Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33 - A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - A - Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Primeiramente temos a competência exclusiva dos Tribunais para legislar privativamente sobre a sua competência, conforme preceitua o artigo 96, inciso I, alínea d da nossa Carta Magna, senão vejamos:

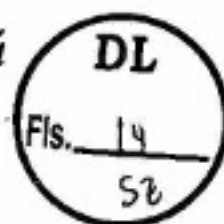
Art. 96. Compete privativamente:

I - aos tribunais:

a) eleger seus órgãos diretivos e elaborar seus regimentos internos, com observância das normas de processo e das garantias processuais das partes,



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



dispondo sobre a competência e o funcionamento dos respectivos órgãos jurisdicionais e administrativos;

b) organizar suas secretarias e serviços auxiliares e os dos juízos que lhes forem vinculados, velando pelo exercício da atividade correlacional respectiva;;

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifos Nossos).

A Constituição Estadual estabelece a prerrogativa do Tribunal de Justiça do encaminhamento da alteração da organização e da divisão judiciária para a Assembleia Legislativa do Paraná, sendo o objeto em tela, que vejamos:

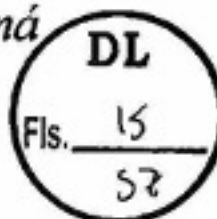
Art. 101. Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos:

i - propor à Assembleia Legislativa, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal:

d) a alteração da organização e da divisão judiciárias;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



No que se refere ao impacto financeiro, o Presidente do Tribunal de Justiça esclarece que não haverá impacto financeiro com a presente proposta, razão pela qual deixou de anexar a Declaração do Ordenador de Despesas.

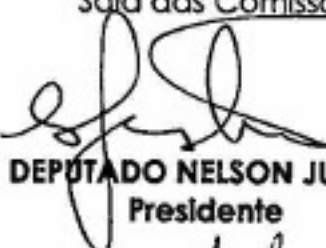
Vislumbra-se, portanto, que o Tribunal de Justiça detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.


Por fim, quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.







CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 06 de Novembro de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
Presidente


DEPUTADO NEREU MOURA
Relator



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 531/12

O Projeto de Lei em análise é oriundo do Tribunal de Justiça – Ofício nº 1.459/12-GP, que objetiva transferir os Municípios de Bela Vista do Caroba e Pinhal de São Bento para a Comarca de Ampére, de entrância inicial, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 – Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado do Paraná, e adota outras providências.

Constatamos que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator e após sua análise constitucional exarou o devido parecer favorável.

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos a enaltecer a iniciativa, nada encontrando que possa obstar a normal tramitação processual legislativa.

Observamos que o autor da proposta em tela deixa de apresentar a declaração de adequação orçamentária e financeira em razão da alteração mencionada não implicar em aumento de despesas. Portanto não há que se falar em desrespeito a Lei Complementar Federal nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Isto posto, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões, 20/11/12

DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE

DEPUTADO WALDO A. PUGLISI
RELATOR



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

PROJETO DE LEI 537/12

Súmula: Dá nova redação ao *caput* do art. 3º da Lei nº 15.608, de 16 de agosto de 2007, conforme especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

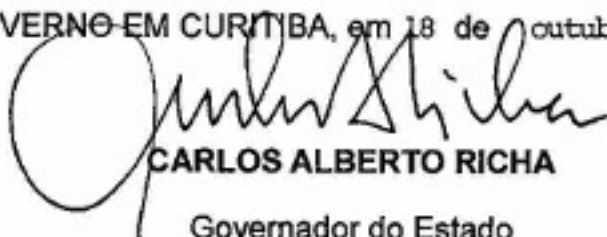
decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. O *caput* do art. 3º da Lei nº 15.608 de 16 de agosto de 2007, que estabelece normas sobre licitações, contratos administrativos e convênios no âmbito do Governo Estadual, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º. No procedimento prévio para execução de projetos com recursos de doações, de empréstimos ou de financiamentos oriundos de agência oficial de cooperação estrangeira ou organismo financeiro multilateral de que o Brasil seja parte, é facultada a adoção de normas próprias cuja observância conste, expressamente, como condição do respectivo acordo ou contrato de doação ou empréstimo, observados os princípios constantes do art. 37 da Constituição da República e do art. 27 da Constituição do Estado do Paraná."

Art. 2º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 18 de outubro de 2012.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

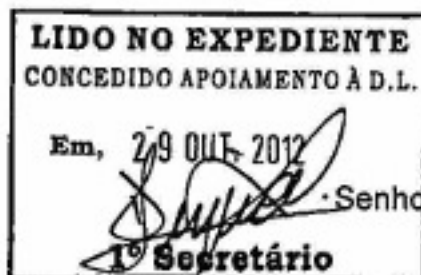


PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

MENSAGEM
N.º 064 /2012

Curitiba, 18 de outubro de 2012



Senhor Presidente,

I – À DAP para leitura no expediente

II – À DL para providências.

Em, 22/10/2012

Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência para apreciação dessa Assembleia Legislativa Anteprojeto que objetiva dar nova redação ao caput do art. 3º da Lei nº 15.608 de 16 de agosto de 2007, que estabelece normas sobre licitações, contratos administrativos e convênios no âmbito do Governo Estadual, conforme especifica.

O Estado do Paraná está discutindo com o Banco Mundial o Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná, que tem por finalidade apoiar o Governo Estadual na modernização da gestão do setor público com objetivo de tornar o acesso às oportunidades econômicas e de desenvolvimento humano menos desigual.

Esse Projeto apoiará uma abordagem integrada para promover o desenvolvimento e qualidade de vida no Estado, com especial atenção para as áreas com menor desempenho econômico e humano, por meio de ações distribuídas em três componentes:

Novo Jeito de Governar: componente transversal, cujo objetivo é apoiar o fortalecimento da área fiscal e de gestão do setor público, com a introdução de uma gestão voltada a resultados. Esta postura, responsável e inovadora, deverá ser construída a partir do desenvolvimento das competências de gestão, da renovação dos métodos de trabalho e das estruturas de Governo, numa verdadeira nova gestão, voltada a resultados efetivos;

Desenvolvimento Integrado: componente voltado a apoiar iniciativas para o desenvolvimento econômico sustentável no Estado, com foco na melhoria do equilíbrio regional de desenvolvimento e tendo como base princípios de

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/Prot. 11.208.505-0



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

sustentabilidade econômica, social e ambiental. Com o objetivo de potencializar as iniciativas de desconcentração do desenvolvimento econômico e melhoria da qualidade de vida das populações nas regiões menos desenvolvidas, este eixo apoiará também intervenções na área de desenvolvimento rural, meio ambiente e gestão de riscos de desastres naturais e antrópicos. Seu escopo prevê, além das intervenções localizadas para a melhoria do desenvolvimento rural, ações no segmento de infraestrutura para o planejamento de intervenções mais amplas voltadas a estruturação de um melhor sistema de logística de transportes nos municípios;

Desenvolvimento Humano: componente cujo objetivo é apoiar a melhoria da prestação de serviços públicos essenciais à qualidade de vida da população, com destaque para saúde e educação.

O valor global estimado do Projeto é de US\$ 350,000,000.00 (trezentos e cinquenta milhões de dólares norte-americanos), sendo que a contrapartida local perfaz US\$ 633,000,000.00 (seiscentos e trinta e três milhões de dólares norte-americanos).

O cronograma de execução do projeto será de três anos, com previsão de início para o segundo semestre de 2012, ficando na sua coordenação a Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral - SEPL e na co-execução as Secretarias de Estado da Saúde - SESA; da Fazenda - SEFA; da Educação - SEED; do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA; da Agricultura e do Abastecimento - SEAB; e da Administração e da Previdência - SEAP.

Cabe ressaltar que essa operação de crédito está prevista no Termo de Entendimento Técnico celebrado entre o Governo estadual e a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), constante do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado do Paraná para o período 2011 a 2013, como complemento ao Contrato de Renegociação da Dívida do Estado com a União.

Para a operacionalização financeira do Acordo de Empréstimo do Projeto descrito e de outros que venha a contratar, faz-se necessária alteração no artigo 3º da Lei nº 15.608, de 16 de agosto de 2007, que estabelece normas sobre licitações, contratos administrativos e convênios no âmbito do Governo Estadual (Lei de Licitações do Estado do Paraná), uma vez que em seu teor não há previsão sobre a possibilidade de procedimentos relacionados a empréstimos ou financiamentos, atendo-se somente a recursos decorrentes de doações, conforme se observa:

"Art. 3º No procedimento prévio para execução de projetos com recursos de doações oriundas de agência oficial de cooperação estrangeira ou organismo financeiro multilateral de que o Brasil seja parte, é facultada a adoção de normas próprias cuja observância conste, expressamente, como condição do respectivo acordo ou contrato de doação."



Diante do exposto, é necessário que se proceda a adequação do mencionado texto legal ao disposto no § 5º do artigo 42, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, o qual dispõe:

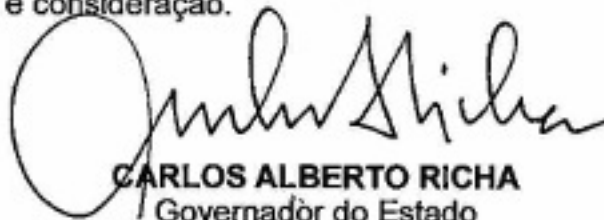
"Art. 42 Nas concorrências de âmbito internacional, o edital deverá ajustar-se às diretrizes da política monetária e do comércio exterior e atender às exigências dos órgãos competentes.

§ 5º Para realização de obras, prestação de serviços ou aquisição de bens com recursos provenientes de financiamento ou doação oriundos de agência oficial de cooperação estrangeira ou organismo financeiro multilateral de que o Brasil seja parte, poderão ser admitidas, na respectiva licitação, as condições decorrentes de acordos, protocolos, convenções ou tratados internacionais aprovados pelo Congresso Nacional, bem como as normas e procedimentos daquelas entidades, inclusive quanto ao critério de seleção da proposta mais vantajosa para a administração, o qual poderá contemplar, além do preço, outros fatores de avaliação, desde que por elas exigidos para a obtenção do financiamento ou da doação, e que também não conflitem com o princípio do julgamento objetivo e sejam objeto de despacho motivado do órgão executor do contrato, despacho esse ratificado pela autoridade imediatamente superior."

Além desse artigo, igualmente necessário observar o disposto na Decisão nº 245/92 - Plenário TCU - determinações do Tribunal de Contas da União, emanadas através do Acórdão nº 1718/2009.

Isto posto, configura-se como urgente e indispensável a alteração do artigo 3º da Lei Estadual nº 15.608 de 16 de agosto de 2007, para que entre em conformidade com o que foi supracitado, tornando possível que o Estado do Paraná aplique, de forma adequada, os recursos financeiros oriundos do empréstimo pleiteado e de os que vierem a ser firmados.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICHIA
Governador do Estado

CASA CIVIL Sistema Estadual de Legislação

Pesquisa Rápida

08/08

Página para impressão

Exibir Ato

Alterado Compilado Original

Lei 15608 - 16 de Agosto de 2007

Publicado no Acessar Diário Oficial nº. 7537 de 16 de Agosto de 2007

Súmula: Estabelece normas sobre licitações, contratos administrativos e convênios no âmbito dos Poderes do Estado do Paraná.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

TÍTULO I NORMAS E PRINCÍPIOS DA LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO CAPÍTULO I Disposições Preliminares

Art. 1º. Esta lei estabelece normas sobre licitações, contratos administrativos e convênios no âmbito dos Poderes do Estado do Paraná, observando as normas gerais sobre a matéria, expedidas pela União.

§ 1º. Subordinam-se às normas desta lei:

I – os órgãos da administração direta;

II – as autarquias, inclusive as em regime especial e as fundações públicas;

III – os fundos especiais, não personificados, pelo seu gestor;

IV – as sociedades de economia mista, empresas públicas e demais entidades de direito privado, controladas direta ou indiretamente pelo Estado do Paraná, prestadoras de serviço público.

§ 2º. As empresas públicas e as sociedades de economia mista que explorem atividade econômica, enquanto não for aprovado o estatuto jurídico a que se refere o art. 173, § 1º, da Constituição Federal, podem editar regulamento próprio, o qual deve observar:

I – âmbito de aplicação restrito às atividades fins;

II – submissão a esta Lei da atividade administrativa e de apoio;

III – adoção dos princípios desta lei;

IV – aprovação pela autoridade máxima;

V – publicação na imprensa oficial; e

VI – atendimento às especificidades institucionais.

§ 3º. As organizações sociais e demais entidades de natureza privada, quando aplicarem recursos financeiros oriundos dos setores públicos, devem:



- I** – promover a escrituração contábil, destacando em separado a fonte de recursos;
- II** – promover aquisições e contratações com observância dos princípios desta lei;
- III** – submeter-se ao controle de resultados definidos pelo repassador dos recursos, sem prejuízo da ação do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Art. 2º. Aplica-se o disposto nesta lei a:

- I** – alienações de bens;
- II** – compras;
- III** – locações;
- IV** – serviços, inclusive os de publicidade e propaganda;
- V** – bens e serviços de informática e automação;
- VI** – obras e serviços de engenharia.

Art. 3º. No procedimento prévio para execução de projetos com recursos de doações oriundas de agência oficial de cooperação estrangeira ou organismo financeiro multilateral de que o Brasil seja parte, é facultada a adoção de normas próprias cuja observância conste, expressamente, como condição do respectivo acordo ou contrato de doação.

§ 1º. A Administração deve informar, nos autos do procedimento de contratação, as regras distintas das definidas nesta lei adotadas por exigência da entidade estrangeira, fornecedora dos recursos.

§ 2º. A faculdade de que trata o *caput* alcança os procedimentos de seleção e contratação de fornecedores de bens e serviços, inclusive de consultores e especialistas necessários à implementação dos projetos.

§ 3º. As contratações referidas no parágrafo segundo submetem-se integralmente às normas previstas nesta lei, salvo quando houver exigência de adoção de regras próprias.

CAPÍTULO II **Definições e Princípios**

Art. 4º. Para os fins desta lei considera-se:

- I** – Administração – órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente;
- II** – Administração Pública – administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, abrangendo inclusive, as entidades com personalidade jurídica de direito privado sob controle do Poder Público e das fundações por ele instituídas ou mantidas;
- III** – Agente público – pessoa que exerce, mesmo que transitoriamente, com ou sem remuneração, cargo, função ou emprego público;
- IV** – Alienação – toda transferência de domínio de bens a terceiros;
- V** – Amostra – bem apresentado pelo proponente vencedor, representativo da natureza, espécie e qualidade do futuro fornecimento, para exame pela Administração;
- VI** – Autoridade máxima do órgão ou entidade:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 537/2012

Projeto de Lei nº. 537/12

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 064/12

Súmula: Dá nova redação ao caput do art. 3º da Lei nº 15.608, de 16 de agosto de 2007, conforme especifica.

EMENTA: ALTERA A LEI Nº 15.608/2007 QUE DISPÕE SOBRE LICITAÇÕES, CONTRATOS ADMINISTRATIVOS E CONVÊNIOS NO ÂMBITO DOS PODERES DO ESTADO DO PARANÁ. MODIFICA O ART. 3º. POSSIBILIDADE. REGIMENTO INTERNO. ART. 124. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 13; 65 e 66 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. ART. 115 DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93. LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. LEGAL. CONSTITUCIONAL. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O projeto de lei de autoria do Poder Executivo tem por objetivo dar nova redação ao caput do art. 3º da Lei nº 15.608, de 16 de agosto de 2007, a qual estabelece normas sobre licitações, contratos administrativos e convênios na âmbito do Governo Estadual.

O referido projeto apoiará uma abordagem integrada para promover o desenvolvimento e qualidade de vida no Estado, com especial atenção para as áreas com menor desempenho econômico e humano.

FUNDAMENTAÇÃO

Concedido vista.
Em 06 / 11 / 2012
CCJ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no **artigo 33 - A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - A - Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Deste modo, resta-se evidenciada a capacidade de iniciativa do Governador para realizar a propositura do referido projeto de lei.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Ainda, com relação ao referido tema, importante destacar a **Lei Federal nº 8.666/93**, a qual estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos, onde afirma que **os órgãos da administração, INCLUINDO OS ESTADOS, podem expedir normas relativas aos procedimentos operacionais a serem observados na execução das licitações**, conforme seu art. 115:

Art. 115. Os órgãos da Administração poderão expedir normas relativas aos procedimentos operacionais a serem observados na execução das licitações, no âmbito de sua competência, observadas as disposições desta Lei.

Parágrafo único. As normas a que se refere este artigo, após aprovação da autoridade competente, deverão ser publicadas na imprensa oficial. (Grifo Nosso)

Deste modo, o Poder Executivo possui plena capacidade de expedir normas relativas aos procedimentos operacionais de licitação.

A legalidade do Projeto em análise encontra-se tutelada pelo disposto na Decisão nº 245/92 – Plenário TCU - emanada através do Acórdão nº 1718/2009, que orienta em sua cláusula 8.3 que deve-se "observar o disposto no art. 42, § 5º, da Lei nº 8.666/93 e a Decisão nº 245/92-Plenário TCU, na adoção das normas da instituição financeira internacional, caso haja conflito entre elas e a legislação brasileira."

Neste sentido, ensina o Dr. ANDRÉ CORDEIRO "ao se optar pela execução de um serviço com recursos internacionais, o ente licitador e tomador de empréstimo está agindo conforme previsão legal, tendo em vista a clara menção da hipótese no art. 42, § 5º, da Lei 8.666/93 (Lei das Licitações) e



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



ficará submetido às regras da licitação ditadas pelo próprio agente financeiro internacional, que são chamadas *guidelines*"¹.


Com relação à Lei Complementar Federal n.º 101/00 e à Lei Complementar Federal n.º 95/98, o projeto de lei não apresenta nenhum óbice.


Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém o poder de iniciativa e a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

CONCLUSÃO


Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 13 de Novembro de 2012.


Deputado Nelson Justus
Presidente

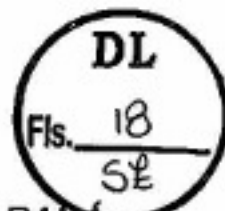

Deputado Ademair Traiano
Relator


¹ CORDEIRO, André Luiz Bonat. Licitações com financiamentos internacionais. Disponível em: <http://www.alceumachado.com.br/_ptbr/home.php?pg=5&livro=17> Acesso em: 01 nov 2012.


APROVADO
Unanime 13/11.12



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 537/12

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, examinar a Proposição de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 064/12 que objetiva alterar dar nova redação ao "caput" do art. 3º da Lei nº 15.608, de 16 de agosto de 2007, que estabelece normas sobre licitações, contratos administrativos e convênios no âmbito do Governo Estadual, uma vez que em seu teor não há previsão sobre a possibilidade de procedimentos relacionados a empréstimos ou financiamentos.

Visa o autor com tal propositura, apoiar uma abordagem integrada para promover o desenvolvimento e qualidade de vida no Estado, com especial atenção para as áreas com menor desempenho econômico e humano.

Preliminarmente denota-se que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Fernando Ademar Traiano e após sua análise constitucional e regimental exarou o competente parecer favorável.

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, nada encontramos que possa obstar a normal tramitação processual legislativa.

Constata-se na justificativa do autor a necessidade de se proceder a adequação do mencionado texto legal ao que está disposto no § 5º do art. 42 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que dispõe o seguinte:

"Art. 42 Nas concorrências de âmbito internacional, o edital deverá ajustar-se às diretrizes da política monetária e do comércio exterior e atender às exigências dos órgãos competentes.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



...
§ 5º Para realização de obras, prestação de serviços ou aquisição de bens com recursos provenientes de financiamento ou doação oriundos de agência oficial de cooperação estrangeira ou organismo financeiro multilateral de que o Brasil seja parte, poderão ser admitidas, na respectiva licitação, as condições decorrentes de acordos, protocolos, convenções ou tratados internacionais aprovados pelo Congresso Nacional, bem como as normas e procedimentos daquelas entidades, inclusive quanto ao critério de seleção da proposta mais vantajosa para a administração, o qual poderá contemplar, além do preço, outros fatores de avaliação, desde que por elas exigidos para a obtenção do financiamento ou da doação, e que também não conflitem com o princípio do julgamento objetivo e sejam objeto de despacho motivado do órgão executor do contrato, despacho esse ratificado pela autoridade imediatamente superior."


De igual modo, constata-se que o Poder Executivo detém o poder de iniciativa de matérias dessa natureza.

No que tange a Lei Complementar Federal nº 101/00, devemos observar que a matéria não apresenta qualquer impedimento.

Sendo assim, não encontramos nada que possa obstaculizar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões, 20/11/12


DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE


DEPUTADO FRANCISCO BUHRER
RELATOR







~~PROJETO DE LEI~~ PROJETO DE LEI 545/12

Súmula: Altera os dispositivos que especifica da Lei nº 14.260, de 22 de dezembro de 2003, que estabelece normas sobre o tratamento tributário pertinente ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica introduzida a seguinte alteração na Lei n. 14.260, de 22 de dezembro de 2003:

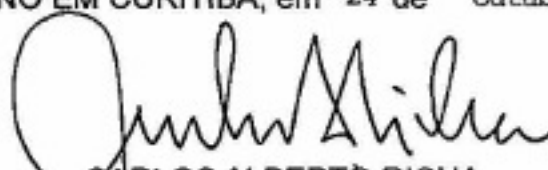
I - fica acrescentada a alínea "e" ao inciso II do art. 13:

"e) templos de qualquer culto."

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a dispensar os créditos tributários constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou não, relativos ao IPVA incidente sobre os veículos de propriedade das entidades religiosas, a que se refere a alteração disposta no art. 1º desta Lei, vedada a restituição das importâncias já recolhidas.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 24 de outubro de 2012.


CARLOS ALBERTO RICHIA
GOVERNADOR DO ESTADO

MENSAGEM
Nº 67 /2012

Curitiba, 24 de outubro de 2012



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 05 NOV. 2012

1º Secretário

Senhor Presidente,

I - À DAP para leitura no expediente
II - À DL para providências.

Em 05/10/2012

Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência para apreciação dessa Assembleia Legislativa anteprojeto de lei que objetiva alterar os dispositivos que especifica da Lei nº 14.260, de 22 de dezembro de 2003, que estabelece normas sobre o tratamento tributário pertinente ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA.

O ora proposto anteprojeto de lei visa estabelecer normas sobre o tratamento tributário pertinente ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, para incluir a previsão de imunidade aos templos de qualquer culto, considerando que tal regra já tem sua previsão na Constituição da República (art. 150, inciso VI, alínea "b") e no Código Tributário Nacional (art. 9º).

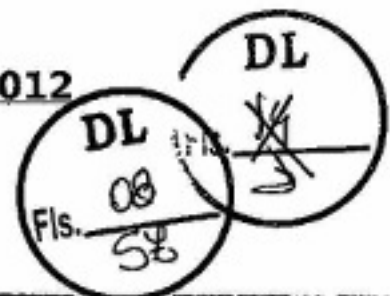
A norma estadual atualmente em vigor não contempla tal situação, o que vem causando inúmeras demandas, tanto administrativas como judiciais, sendo o Estado do Paraná a única unidade da Federação que ainda não reconhece essa imunidade em sua legislação, sofrendo, conseqüentemente, sucumbência no Judiciário, relativamente a esta matéria.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICHA
GOVERNADOR DO ESTADO

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/Prot. 11.679.635-0

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 545/2012



Projeto de Lei nº. **545/12**

Autor: Poder Executivo - Mensagem nº. 067/12

Súmula: Altera os dispositivos que especifica da Lei n.º 14.260, de 22 de dezembro de 2003, que estabelece normas sobre o tratamento tributário pertinente ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores.

EMENTA: ALTERAÇÃO DA LEI N.º. 14.260 DE 2003. IPVA. DISPENSA DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS RELATIVOS AOS VEÍCULOS DE PROPRIEDADE DAS ENTIDADES RELIGIOSAS. POSSIBILIDADE. REGIMENTO INTERNO ART. 124. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 13; 65 e 66 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. DECRETO ESTADUAL 2.838/97. LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. LEGAL. CONSTITUCIONAL. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O projeto de lei de autoria do Poder Executivo tem por escopo dispensar os créditos tributários constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou não, relativos ao IPVA incidente sobre os veículos de propriedade das entidades religiosas.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no **artigo 33 - A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - A - Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

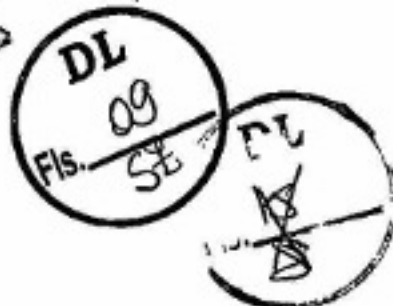
I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Em consonância com o Regimento Interno desta Casa, a Constituição Estadual, em seu art. 65, estabelece que:



Art. 65. A Iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléa Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Deste modo, resta-se evidenciada a capacidade de iniciativa do Governador para realizar a propositura do referido projeto de lei.

Já, com relação à competência, é importante destacar que a Constituição do Estado do Paraná determina como competência concorrente entre o Estado e a União legislar sobre direito tributário, conforme segue:

Art. 13. Compete ao Estado, cõncorrentemente com a União, legislar sobre:

- direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico: (Grifos Nossos)

Ademais, quanto ao tema em análise cumpre ressaltar que é de competência da Secretaria de Estado da Fazenda do Estado do Paraná (SEFA), vide Decreto nº 2.838 de 15 de janeiro de 1997 que aprova o regulamento desta secretaria e assim preceitua:

Art. 1º - A Secretaria de Estado da Fazenda - SEFA constitui, nos termos da Lei nº 8.485, de 03 de junho de 1987, órgão de primeiro nível hierárquico da administração estadual, de natureza instrumental, para o planejamento, a coordenação, a fiscalização, o controle, a execução e a orientação normativa dos sistemas estaduais orçamentário, financeiros e de tributação.

Art. 2º - A Secretaria de Estado da Fazenda e as entidades da administração indireta a ela vinculadas têm como finalidade elaborar, acompanhar e executar o orçamento do Estado, obter e fornecer ao Poder Público os recursos financeiros necessários à consecução de seus objetivos, gerir os valores do Estado, propiciar a administração pública as informações do setor imprescindíveis à sua boa gestão e desenvolver as medidas tendentes a fortalecer e a ampliar os setores da economia.

Parágrafo único - Para atingir as finalidades constantes do artigo, a Secretaria de Estado da Fazenda deverá alcançar os seguintes objetivos:

(...)

III - a aperfeiçoamento da legislação tributária estadual;

IV - a formulação da política tributária, como instrumento de ação do Governo;

(...)

Art. 8º - Ao Secretário de Estado da Fazenda compete:

(...)

XIV - expedir instruções referentes à matéria tributária;
(grifos nossos)

Desse modo, nota-se que a respectiva Secretaria possui prerrogativas para realizar o

planejamento, a coordenação, a fiscalização, o controle, a execução e a orientação normativa dos sistemas estaduais orçamentário, financeiros e de tributação; bem como, expedir instruções referentes a matéria tributária.

Ocorre que, por se tratar de competência da SEFA-PR, consequentemente, deve-se ressaltar a **competência privativa do Governador do Estado**; uma vez que a Constituição Estadual assim preceitua:



Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

{...}

IV - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da Administração Pública, (grifos nossos).

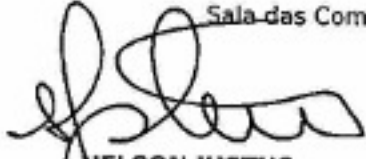
Com relação à Lei Complementar Federal nº. 101/00 e à Lei Complementar Federal n.º 95/98, o projeto de lei não apresenta nenhum óbice.


Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém o poder de iniciativa e a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.






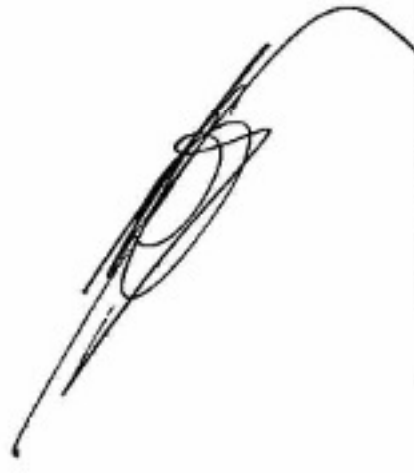

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 30 de outubro de 2012.


NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


PR. EDSON PRACZYK
RELATOR








APROVADO

unânime 13.11.12
Pg



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 545/12

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, examinar a Proposição de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 067/12 que tem por objetivo dispensar os créditos tributários, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou não, relativos ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, incidente sobre os veículos de propriedade das entidades religiosas.

Preliminarmente denota-se que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que após sua análise constitucional e regimental exarou o competente parecer favorável por meio do Relator Senhor Deputado Pr. Edson Praczyk.

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, nada encontramos que possa obstar a normal tramitação processual legislativa.

Denota-se ainda, que a matéria objeto do presente Projeto de Lei, não fere aos ditames da Lei Complementar Federal nº 101/00.

De igual modo, constata-se que a Constituição do Estado em seus arts. 66 e 87 ressalta que a iniciativa privativa de matérias dessa natureza é do Governador do Estado.

Ainda a Constituição Estadual em seu art. 13, determina a competência concorrente entre o Estado e a União legislar sobre direito tributário.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

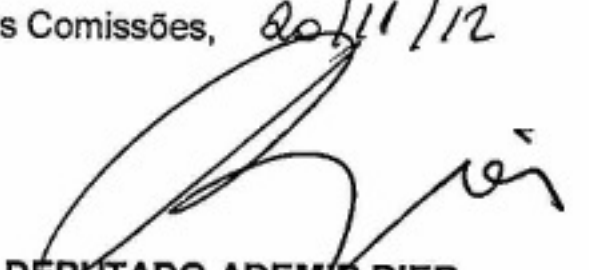



Registre-se ainda, que o objetivo da presente proposta já possui sua previsão na Constituição Federal em seu art. 150, Inciso VI, alínea "b" e também no Código Tributário Nacional em seu art. 9º.

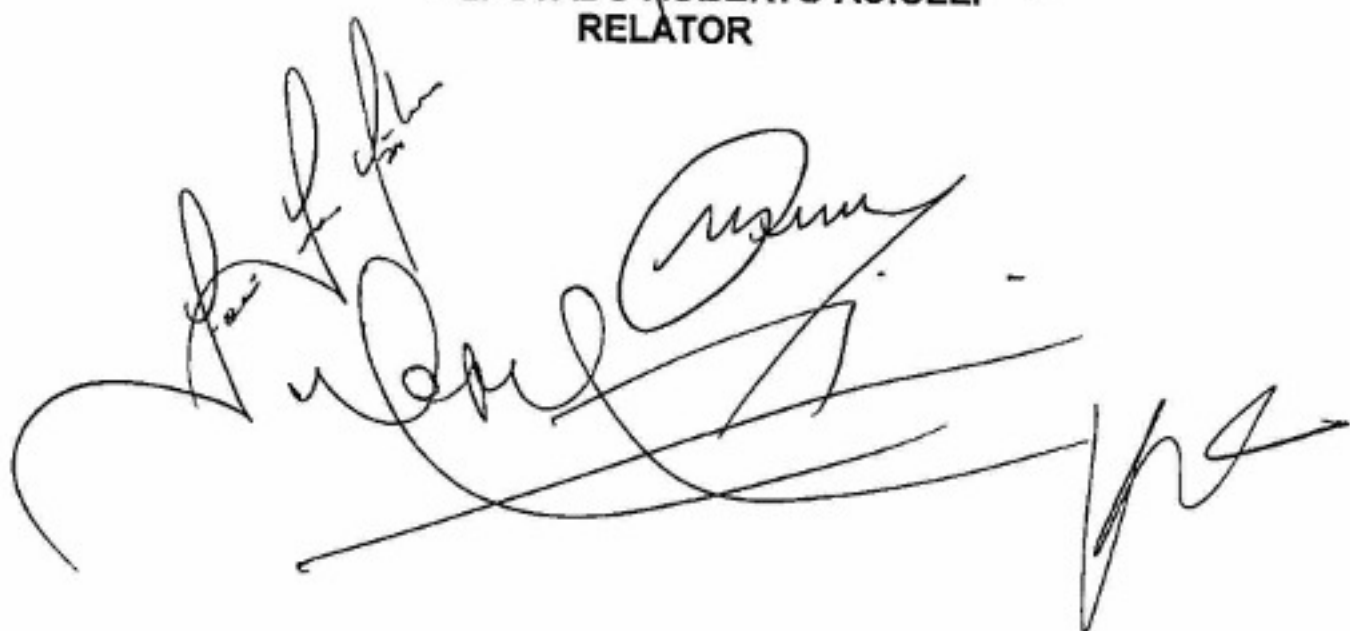
Desta forma, nada encontramos que possa obstaculizar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões, 20/11/12


DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE


DEPUTADO ROBERTO ACIOLLI
RELATOR





PROJETO DE LEI 565/12

Súmula: Autoriza a abertura de Créditos Adicionais até o limite de R\$ 46.540.000,00.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei.

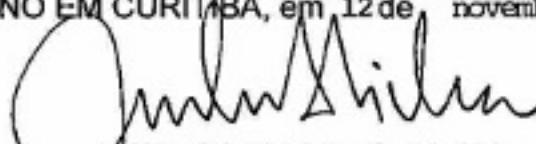
Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Créditos Adicionais ao vigente Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011, até o limite de R\$ 46.540.000,00 (quarenta e seis milhões, quinhentos e quarenta mil reais).

Art. 2º. Os créditos adicionais autorizados no artigo 1º serão utilizados para desapropriação de áreas necessárias à execução de projetos prioritários do Programa de Governo.

Art. 3º. Servirá como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância mediante a utilização de quaisquer das formas previstas no § 1º do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 14 de março de 1964.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 12 de novembro de 2012.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
GOVERNADOR DO ESTADO



MENSAGEM

Nº 073 /2012

Curitiba, 12 de novembro de 2012.

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 13 NOV. 2012

1º Secretário

Senhor Presidente,

I - À DAP para leitura no expediente

II - À DL para providências.

Em, 12/11/2012

Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa Anteprojeto de Lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a abrir Créditos Adicionais até o valor de R\$ 46.540.000,00 (quarenta e seis milhões, quinhentos e quarenta mil reais), ao vigente Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011, visando a abertura do Grupo de Despesa Inversões Financeiras.

Esclareço, também, que os créditos adicionais a serem abertos em decorrência desta autorização serão utilizados para desapropriar áreas necessárias a execução de projetos previstos no Programa de Governo, tais como:

- Implantação do projeto "Tudo Aqui Paraná";
- Ampliação do Pátio de Triagem do Porto de Paranaguá;
- Instalação do Distrito Industrial e do Porto de Pontal do Paraná.

Certo de poder contar com a atenção dessa Assembleia Legislativa, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

CARLOS ALBERTO RICHIA
GOVERNADOR DO ESTADO

Excelentíssimo Senhor

Deputado VALDIR ROSSONI

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado

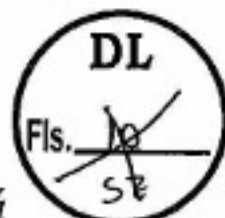
AJB/Prot.11.721.693-4

Palácio Iguaçu | Praça Nossa Senhora de Salette s/n | 80530-909 | Curitiba | Paraná | Brasil
Fone: (41) 3350 2800 | Fax: (41) 3254 7345 | www.pr.gov.br

14147 13/11/2012 08:21:00 Nº 123 ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 565/12

Projeto de Lei nº. 565/12

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 073/12

Súmula: Autoriza a abertura de Créditos Adicionais até o limite de R\$ 46.540.000,00.

EMENTA: AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS ATÉ O LIMITE DE R\$ 46.540.000,00. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 24 CF. ARTS. 65, 87, 133 E 134 DA CE. ARTS. 40, 43 E 46 DA LEI FEDERAL 4.320/64. ARTS. 14, 15, 29 E 32 LC 101/00. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

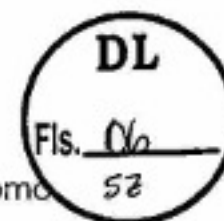
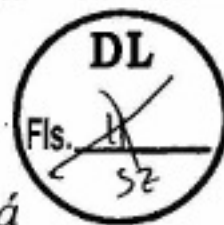
O Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo tem como escopo autorizar a abertura de Créditos Adicionais até o limite de R\$ 46.540.000,00 (quarenta e seis milhões, quinhentos e quarenta mil reais), ao vigente Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011, visando a abertura do Grupo de Despesa Inversões Financeiras.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de Projetos de Lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

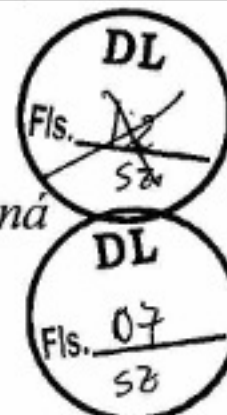
Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifos nossos)

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição do Estado do Paraná, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifos nossos)

Com efeito, a Constituição Federal em seu artigo 24, inciso II estabelece:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:
II - orçamento;

Além disso, podemos verificar a adequação do proponente às normas pertinentes, nesse ponto dispõe a Constituição do Estado do Paraná:

Art. 133. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

- II - as diretrizes orçamentárias anuais;
- III - os orçamentos anuais.

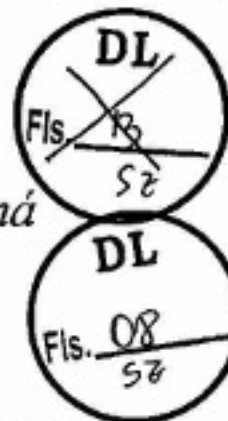
§ 3º. A lei de diretrizes orçamentárias, de caráter anual, compreenderá:

- VI - os ajustamentos do plano plurianual decorrentes de uma reavaliação da realidade econômica e social do Estado;

Art. 134. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pela Assembleia Legislativa. (grifo nosso)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



O projeto de lei ora em tela, objetiva autorizar o Poder Executivo a contratar operação de crédito, nos termos do artigo 43, §1º, inciso IV, da Lei Federal nº 4.320 de 1964:

Art. 40. São créditos adicionais, as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento.

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.

(...)

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;

II - os provenientes de excesso de arrecadação;

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei;

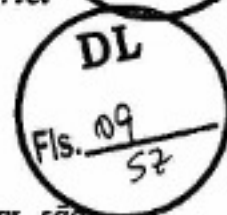
IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las.

Art. 46. O ato que abrir crédito adicional indicará a importância, a espécie do mesmo e a classificação da despesa, até onde for possível. (grifos nossos)

Não obstante, a Lei Complementar Federal nº 101/00, conceitua operação de crédito:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 29. Para os efeitos desta Lei Complementar, são adotadas as seguintes definições:

III - operação de crédito: compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros;

Equipara-se a operação de crédito a assunção, o reconhecimento ou a confissão de dívidas pelo ente da Federação, sem prejuízo do cumprimento da exigência dos arts. 15 e 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal:

Art. 15. Serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação que não atendam o disposto nos arts. 16 e 17.

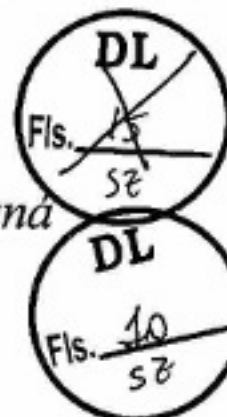
Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Cabe ao Ministério da Fazenda verificar o cumprimento dos limites e as condições à realização da operação de crédito, conforme determina o art. 32 da Lei Complementar supramencionada:

Art. 32. O Ministério da Fazenda verificará o cumprimento dos limites e condições relativos à realização de operações de crédito de cada ente da Federação, inclusive das empresas por eles controladas, direta ou indiretamente.

§ 1º O ente interessado formalizará seu pleito fundamentando-o em parecer de seus órgãos técnicos e jurídicos, demonstrando a relação custo-benefício, o interesse econômico e social da operação e o atendimento das seguintes condições:

I - existência de prévia e expressa autorização para a contratação, no texto da lei orçamentária, em créditos adicionais ou lei específica;

II - inclusão no orçamento ou em créditos adicionais dos recursos provenientes da operação, exceto no caso de operações por antecipação de receita;

III - observância dos limites e condições fixados pelo Senado Federal;

IV - autorização específica do Senado Federal, quando se tratar de operação de crédito externo;

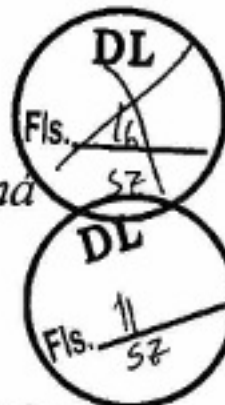
V - atendimento do disposto no inciso III do art. 167 da Constituição;

VI - observância das demais restrições estabelecidas nesta Lei Complementar.

Ademais, é preciso observar que a Constituição Estadual aduz que **compete privativamente ao Governador do Estado** iniciar o



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição, bem como realizar as operações de crédito previamente autorizadas pela Assembleia, nos termos do artigo 87, vejamos:

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

IV – iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição;

XIX – realizar as operações de crédito previamente autorizadas pela Assembleia (grifos nossos)

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 19 de novembro 2012.

DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE

DEPUTADO ADEMAR TRAIANO

RELATOR

A PROVADO

Unanimidade 19.11.12



REQUERIMENTO


APROVADO
À Diretoria Legislativa.
Em, 19 NOV. 2012

1º Secretário

Requer "Regime de Urgência" para a tramitação e votação do Projeto de Lei 565/12 de autoria do Poder Executivo.

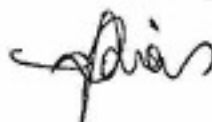
O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e conforme o artigo 181 do Regimento Interno desta Casa, requer, após ouvido o Douto Plenário, "Regime de Urgência" para a tramitação do Projeto de Lei 565/12 oriundo da Mensagem Governamental nº 073/12.

Sala das Sessões, em 19 de novembro de 2012.


Deputado **Ademir Traiano**
Líder do Governo

Anote-se, junto-se a Proposição de referência

de 20/11/12





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

DL
Fls. 15

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 565/12

O presente parecer tem o cunho de, examinar a Proposição de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 073/12 que objetiva autorizar o Poder Executivo a abrir Créditos Adicionais até o valor de R\$46.540.000,00 (quarenta e seis milhões, quinhentos e quarenta mil reais), ao vigente Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011, visando a abertura do Grupo de Despesas Inversões Financeiras.

Preliminarmente denota-se que a proposta foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Ademar Traiano e após sua análise constitucional e regimental exarou o competente parecer favorável.

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar.

Também, observa-se que o objeto do Projeto em tela, está em consonância com o art. 43, § 1º, da Lei Federal nº 4.320/64. (Lei Orçamentária Anual).

Denota-se ainda, que a matéria objeto do presente Projeto de Lei, não fere os preceitos da Lei Complementar Federal nº 101/00.

Oportuno observar, que a Carta Magna Federal, em seu art. 24, inciso II, assegura a competência concorrente aos Estados na questão orçamentária.

De igual modo, constata-se que a Constituição do Estado em seus arts. 65, 87, 133 e 134, ressalta que a iniciativa privativa de matérias dessa natureza é do Governador do Estado.




ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

DL
Fls. 16

Isto posto, nada encontramos que possa obstar a normal tramitação processual legislativa nesta Casa Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões, 20/11/12


DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE


DEPUTADO ELITO RUSCH
RELATOR







PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 565/12
Autoria: - Poder Executivo

I — RELATÓRIO

O Projeto de Lei acima epigrafado foi encaminhado pelo chefe do Executivo Estadual, acompanhado da Mensagem n.º 73/2012, para este Legislativo, a fim de ser apreciado e votado pelos pares desta Casa, e tem como proposta "*autorizar a abertura de crédito adicionais no valor de R\$ 46.540.000,00 (quarenta e seis milhões, quinhentos e quarenta mil reais)*", visando a abertura do Grupo de Despesa Inversões Financeiras.

Os créditos adicionais a serem abertos em decorrência desta autorização serão utilizados para desapropriação de áreas necessárias a execução de projetos previstos no Programa de Governo, citados na mensagem acima citada.

Os recursos para cobertura da referida programação são provenientes de igual importância mediante a utilização de quaisquer das formas previstas no § 1º do artigo 43, da Lei Federal nº 4.300, de 14 de março de 1964.

II — DA FUNDAMENTAÇÃO DO PARECER

A proposta ora em análise tramitou pela Comissão de Constituição e Justiça e Comissão de Finanças, sendo que seus relatores exararam pareceres favoráveis pela constitucionalidade e legalidade.

A autorização legislativa para a abertura de crédito adicional especial ora proposta encontra-se embasada no inciso V, do artigo 135 da Constituição Estadual que diz:

"Art. 135 São vedados:

V — a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes."



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
CENTRO LEGISLATIVO PRESIDENTE ANÍBAL KHURY
COMISSÃO DE ORÇAMENTO



Assim como o Art. 43 da Lei 4.320/64 determina que para esses casos haja *existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa*. Condições estas devidamente comprovadas no processo em comento, notadamente nos anexos I e II.

A autonomia do Poder e a sua função fiscalizadora devem ser sempre mantidas, para que o papel das Instituições tenha legitimidade na consolidação do processo democrático. Assim a definição de limites e/ou critérios aprovados pelos instrumentos legais é a garantia de que este Legislativo exerce com plenitude o seu papel constitucional.

III — CONCLUSÃO

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar no projeto de lei em epígrafe, conforme preceitua o § 4º, do artigo 33 do Regimento Interno, nosso parecer é favorável, uma vez comprovados os requisitos constitucionais e legais, à abertura do crédito solicitado.

É o parecer.

Sala de Reunião das Comissões, em 20 de novembro de 2012

DEP. NEREU MOURA
Presidente

DEP.
Relator



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

PROJETO DE LEI 569/12

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito junto ao Banco do Brasil S.A., no âmbito do Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e do Distrito Federal – PROINVESTE, e adota outras providências

**A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:**

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operação de crédito com o Banco do Brasil S.A., nos termos da Resolução n.º 4.109, de 5 de julho de 2012, do Conselho Monetário Nacional e nas condições estabelecidas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, para o "Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e do Distrito Federal – PROINVESTE", até o limite de R\$ 817.000.000,00 (oitocentos e dezessete milhões de reais).

§ 1º. Observada a legislação pertinente e as condições fixadas pelos órgãos encarregados pela regulamentação do "Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e do Distrito Federal – PROINVESTE", os recursos serão obrigatoriamente aplicados na execução das ações:

- I - Programa de Modernização da infraestrutura Rodoviário;
- II - Programa Paraná Seguro;
- III - Programa de Apoio aos Municípios;
- IV - Aportes para Aumento de Capital do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE e da Agência de Fomento do Paraná S.A., observadas as seguintes diretrizes: fortalecimento e modernização da gestão destes entes da administração indireta; e alinhamento estratégico entre o aporte de recursos pelo Estado e os planos de aplicação pelo BRDE e pela Agência de Fomento, sendo vedada a utilização dos recursos para itens importados.

§ 2º. É vedada a aplicação de tais recursos em despesas correntes ou dívidas não contraídas junto à própria instituição concedente, em consonância com o § 1º do art. 35, da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

§ 3º. Os recursos serão consignados como receita no orçamento ou em créditos adicionais.

Art. 2º. Para a garantia do principal e dos acessórios fica o Poder Executivo autorizado a vincular, como contragarantias à garantia da União, as receitas oriundas de cotas da repartição constitucional previstas nos arts. 157 e 159, complementadas pelas receitas tributárias estabelecidas no art. 155, nos termos do § 4º do art. 167, todos da Constituição Federal, bem como outras garantias em direito admitidas.

§ 1º. O instrumento de formalização da operação de crédito autorizada nesta Lei poderá conter cláusula na qual o Poder Executivo autorize que o Banco do Brasil S.A. efetive, nos prazos



contratualmente estipulados, até a liquidação final, débito na conta-corrente mantida em sua agência, a ser indicada no contrato, dos valores necessários ao pagamento do principal, dos juros e de outros encargos incidentes sobre a dívida, inclusive as tarifas bancárias.

§ 2º. Fica dispensada a emissão da nota de empenho para a realização das despesas a que se refere este artigo, nos termos do §1º, do art. 60, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º. O Poder Executivo consignará no Plano Plurianual do Estado e nos Orçamentos Anuais, durante o prazo estabelecido para o financiamento, os recursos necessários ao atendimento das contrapartidas financeiras de responsabilidade do Estado na execução das ações mencionadas no art. 1º desta Lei, assim como as despesas relativas à amortização de principal, juros e demais encargos decorrentes da operação de crédito autorizada por esta Lei.

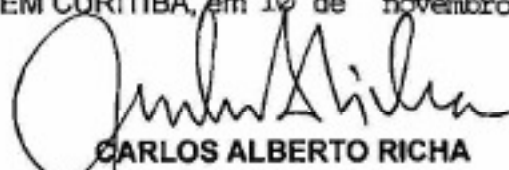
Art. 4º. Fica o Poder Executivo autorizado a subscrever e a integralizar, com os recursos da operação de crédito autorizada nesta Lei, aumento de capital no Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE e na Agência de Fomento do Paraná S.A., observadas as condições estabelecidas no "Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e do Distrito Federal – PROINVESTE" e assegurado que os recursos sejam aplicados na execução das ações mencionadas no § 1º do art. 1º desta Lei.

§ 1º. O aumento de capital no Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE será realizado no montante de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais).

§ 2º. O aumento de capital na Agência de Fomento do Paraná S.A. será realizado no montante de R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais).

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 1º de novembro de 2012



CARLOS ALBERTO RICHIA
GOVERNADOR DO ESTADO

I – À DAP para leitura no expediente
II – À DL para providências.
Em 12/11/2012
Presidente



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

MENSAGEM

Nº 071 /2012

Curitiba, 12 de novembro de 2012

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 13 NOV. 2012

1º Secretário

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa Anteprojeto de Lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a contratar operação de crédito junto ao Banco do Brasil S.A., no âmbito do Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e do Distrito Federal – PROINVESTE, e adota outras providências

Com o intuito de melhor esclarecer os termos da proposta, segue, adiante transcrito, teor integral da justificativa a mim apresentada pela Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral:

"1. CONTEXTO DO ANTEPROJETO PROPOSTO

1.1. Infraestrutura Rodoviária

Embora a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística, através do Departamento de Estradas de Rodagem – DER/PR, venha executando obras de manutenção periódica de pavimentos rodoviários nos últimos anos, estudos efetuados pela Diretoria de Operações, através da sua Coordenadoria do Gerenciamento da Malha Rodoviária, demonstram a necessidade da realização de novas ações para readequação, implantação, duplicação e ampliação da capacidade das rodovias pavimentadas.

A exemplo dos demais estados brasileiros, o sistema de transportes do Paraná fundamenta-se no modal rodoviário. O sistema rodoviário paranaense possui uma malha com extensão total de 15.861 km, entre rodovias estaduais e federais. Desta extensão, 3.958,93 km são de jurisdição federal, 11.902,14 km de jurisdição estadual, além da malha rodoviária municipal que forma uma rede integrada de estradas vicinais. Da parcela de extensão de rodovias federais administradas pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte – DNIT, 1.461,53 km são pavimentados. Entre as estaduais, administradas pelo DER, encontram-se pavimentados 9.728,45 km e as rodovias municipais pavimentadas somam 6.353 km.

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
AJB/Prot.11.727.188-9

14:48 13/11/2012

13/11/2012 00:214 DAP



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Assim, desta malha, 11.404,25 km de rodovias (71,9%) são administrados diretamente pelo DER/PR, 2.471,89 km (15,6%) estão concedidos à iniciativa privada pelo Governo Estadual, 1.689,33 km (10,6%) são administrados diretamente pelo DNIT e 295,60 km (1,9%) se encontram concedidos à iniciativa privada pelo Governo Federal (QUADRO 1).

QUADRO 1 - REDE RODOVIÁRIA TOTAL NO ESTADO DO PARANÁ.

QUADRO RESUMO

RESPONSABILIDADE	NÃO PAVIMEN- TADA	PAVIMENTADA			EM OBRAS			TOTAL	
		PISTA	PISTA	TOTAL	PISTA	PISTA	TOTAL		
		SIMPLES	DUPLA	PAVIM.	SIMPLES	DUPLA	EM OBRAS		
Federais mantidas pelo DNIT	Totais DNIT	88,00	1.344,73	116,80	1.481,53	139,80		139,80	1.689,33
Federais concedidas pelo Gov. Fed.	Totais Concessões Federais		83,60	202,00	295,60	-	-	-	295,60
Estaduais mantidas pelo DER		1.575,50	9.488,14	68,61	2.554,75	-	-	-	11.230,55
Federais delegadas ao Paraná e mantidas pelo DER			158,70	15,00	173,70	-	-	-	173,70
	Totais DER	1.575,50	9.646,84	83,61	2.728,45	-	-	-	11.404,25
Estaduais concedidas pelo DER		-	472,69	198,79	671,59			-	671,59
Federais delegadas ao Paraná e concedidas pelo DER			1.428,30	372,00	1.800,30	-	-	-	1.800,30
	Totais Concessões Estaduais	-	1.901,19	670,79	2.471,89	-	-	-	2.471,89
	Totais Rodovias Federais	88,00	3.025,33	706,80	3.791,13	139,80	-	139,80	3.568,93
	Totais Rodovias Estaduais	1.575,50	8.869,53	267,31	10.228,34	-	-	-	11.902,14
	Totais Rodovias Municipais	96.525,17			6.353,05			1.347,74	102.726,00
	Totais Gerais	96.708,37	12.894,36	973,11	20.310,68	139,80	-	1.487,54	116.587,07

Fonte: Rodovias Federais - PNV 2011, consulta site DNIT em 18/Nov/2011.

Dentro deste contexto o programa pretende atuar diretamente em 78 municípios paranaenses, nos quais está prevista a execução de obras civis. Estes municípios, em seu conjunto, somam 5.362.679 habitantes e concentram, portanto, 51% do total populacional do estado.

Comportam, ainda, 3.529,48 km de rodovias estaduais, o que representa 30% do total da malha rodoviária estadual e 842,81 km de rodovias federais, equivalente a 21% do total de rodovias federais existentes no estado.

Estes dados evidenciam a ampla abrangência, alcance e extensão do programa a ser financiado, dado o elevado número de beneficiários que diretamente utilizam as vias rodoviárias mencionadas para o seu deslocamento, bem como o seu uso para o suprimento de mercadorias e de serviços necessários à manutenção da dinâmica econômica local, regional e estadual.

1.2.Segurança Pública

Na última década, a segurança pública ganhou enorme visibilidade e



jamais, em nossa história recente, esteve tão presente nos debates de especialistas e da sociedade em geral.

Em relação aos serviços inerentes à segurança pública constata-se que, em uma parcela significativa dos crimes, os autores não foram presos devido à debilidade nos procedimentos e capacidade de investigação e instauração de inquéritos, e dos diagnósticos firmados com carência na apresentação de provas técnicas, materiais e laudos científicos. Além disso, observa-se que os prédios onde se desenvolvem estas atividades foram construídos em meados do século passado e não têm sido mantidos apropriadamente.

A situação evidencia que a estrutura existente precisa de urgente reparação, além de requerer adequações nas instalações com a finalidade de prestar um serviço público no mínimo razoável.

O Estado é consciente do fato de que a redução dos níveis de violência e criminalidade constitui um objetivo ambicioso a cumprir, dado que a violência e a criminalidade são problemáticas com múltiplas causas e efeitos. Por isso, sua atenção requer uma abordagem de enfoque integral, que contemple ações multidisciplinares e que envolva, desde o apoio ao fortalecimento da capacidade institucional das entidades responsáveis pela segurança pública para implementar sistemas de gestão orientados ao alcance de resultados, até o apoio à implementação de ações de prevenção social e situacional em âmbito local, ao mesmo tempo em que construa um maior acesso à Justiça, principalmente aos setores mais carentes da população.

Sensível a isto, o Governo do Estado estabeleceu um programa de ações, denominado Programa Paraná Seguro, contemplando municípios com maiores índices de violência registrados com a construção de prédios modernos e adequados à nova filosofia governamental, bem como, a aquisição de mobiliário, equipamentos modernos de alta tecnologia e novas viaturas, terrestres e aquáticas, possibilitando, desta forma, o deslocamento dos policiais de uma maneira rápida e eficiente.

A proposta vem ao encontro da necessidade de um maior investimento em segurança pública, buscando ampliar a sensibilidade de todo o complexo sistema da segurança aos influxos de novas idéias e energias provenientes da sociedade, além de criar um novo referencial, qual seja, a segurança pública como instrumento importante para a consolidação democrática e para o exercício de controle social.

Junto às diretrizes do Programa Paraná Seguro, na busca incessante pela melhora na qualidade da segurança pública com metas de diminuir os índices de criminalidade e a sensação de insegurança da população, tem-se no Projeto PRÓINVESTE/BANCO DO BRASIL um instrumento voltado à melhoria da qualidade de vida da população em seus aspectos econômicos, sociais e ambientais.

Os altos níveis de criminalidade observados no Paraná, em especial nas regiões beneficiadas pelo projeto, conforme quadro 2, ensejam ações que tornem possível prevenir, combater e diminuir a criminalidade com maior eficiência.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

QUADRO 2 - HOMICÍDIOS DOLOSOS - SEGUNDO INQUÉRITOS POLICIAIS E ÁREAS INTEGRADAS DE SEGURANÇA PÚBLICA (AISP) – PARANÁ 2011

AISP	SEDE	1º TRI	2º TRI	3º TRI	4º TRI	TOTAL
1ª	Curitiba	189	169	182	145	685
2ª	São José dos Pinhais	220	207	207	224	858

1.3. Capitalização do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE

O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul foi criado em 1961 com o objetivo de reduzir as disparidades socioeconômicas da Região Sul em relação ao centro do país e para ser o indutor do desenvolvimento de empresas localizadas na sua área de atuação por meio de condições de financiamento adequadas.

Este objetivo foi alcançado no decorrer do tempo, com significativa participação do banco no desenvolvimento regional, apesar da supressão da dotação financeira de base fiscal, prevista por ocasião da sua constituição.

O Contrato Social (Atos Constitutivos) do BRDE, aprovado com igual teor nas Assembleias Legislativas dos três Estados-controladores, estabelece em suas disposições gerais que: a) os aportes de recursos efetivados pelos estados associados ao banco devem ser contabilmente discriminados de acordo com a contribuição de cada um (art. 43), o que estabelece a regra para formação patrimonial pertencente a cada estado, mesmo havendo igual participação no capital social; b) os resultados líquidos apurados em decorrência das atividades do banco devem ser contabilizados em separado entre os sócios, segundo os resultados de cada agência (Art. 40); c) os recursos advindos de aportes de cada estado e os rendimentos decorrentes da atuação da agência respectiva (§§ 1º e 2º, do Art. 43) somente podem ser aplicados no próprio estado.

Neste período, o BRDE vem financiando vultosos montantes de recursos, viabilizando importantes projetos para as economias dos Estados-associados, assim como foi marcante na identificação e no fomento de atividades e arranjos produtivos inovadores, que contribuíram para destacar a Região Sul em nível nacional e internacional.

Mas esse expressivo crescimento dos financiamentos nos últimos anos vem gerando esgotamento da sua capacidade de alavancagem operacional. A aceleração da economia regional levou ao crescimento extraordinário das operações do BRDE, sendo que o seu patrimônio líquido-PL não acompanhou essa elevação na mesma proporção. Por ser um banco de desenvolvimento, ele é afetado por perdas normais decorrentes do nível de risco de suas operações e pelo fato de que, desde o início dos anos 80, os sócios (estados) não terem aportado mais nenhum recurso no capital da instituição.

O aumento do PL do BRDE, desde meados dos anos 80, se deu mediante a sua geração de lucros. Como os resultados foram positivos nos últimos anos, o PL passou de R\$ 478 milhões, em 2003, para R\$ 1,2 bilhão, em dezembro de 2011. Entretanto, somente com a atual geração de lucros, o banco não terá um patrimônio líquido suficiente para atender à forte demanda por crédito esperada para os próximos anos em função das previsões de crescimento da economia, havendo a necessidade de aportes de capital para suportar este crescimento e a posição negativa da Agência do Paraná trazida de décadas passadas.



O PL do BRDE foi de R\$ 1.253.564 mil, em 31/12/2011, sendo R\$ 1.243.059 mil da agência do Rio Grande do Sul, R\$ 270.610 mil da agência de Santa Catarina e um PL negativo de R\$ 232.300 mil da agência do Paraná.

A formação deste PL é fruto de perdas decorrentes da década de 90, onde o banco veio de uma liquidação e recuperação da sua atividade operacional. Na época, as agências de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul conseguiram rapidamente recompor o seu PL. Já a agência do Paraná não conseguiu recuperar o seu PL no período, resultando na diferença patrimonial que se arrasta até os dias de hoje. Com esta situação, houve a necessidade de utilizar o caixa das outras agências para manter as suas operações.

Para continuar apresentando o ótimo desempenho dos últimos anos, a agência paranaense necessita ser capitalizada. O capital social aportado no BRDE é igualitário entre os Estados-controladores, no valor de R\$ 28.434,00 mil por estado, sendo o restante do patrimônio líquido decorrentes de resultados acumulados.

1.4. Agência de Fomento do Paraná S.A – Fomento Paraná

Para promover o desenvolvimento municipal, o Estado de Paraná, na década de 1980, criou o Fundo de Desenvolvimento Urbano-FDU para financiar aos municípios, mediante empréstimos, na expansão da cobertura de infraestrutura e serviços urbanos.

Em 1985 obteve recursos num montante de US\$ 150 milhões do Banco Mundial para levar a cabo o Programa de Ação Municipal -PRAM, por meio do qual financiou obras de infraestrutura básica em 229 municípios de até 50.000 habitantes. Uma etapa posterior, com o mesmo objetivo, denominada Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano (PEDU), de US\$ 200 milhões e destinada a todos os municípios, se iniciou em 1989 e foi encerrada em 1996.

Nesse contexto, e a partir das experiências anteriores de financiamento e arranjo institucional para o desenvolvimento urbano (dentre as quais o Programa de Ação Municipal – PRAM e o Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano – PEDU), o governo estadual definiu uma estratégia cujos eixos principais foram os de promover mudanças na participação do estado no financiamento dos municípios, estimular a mobilização dos recursos tributários locais, fortalecer a capacidade institucional dos municípios e dinamizar os setores produtivos. No marco desta estratégia, com o apoio de um empréstimo do BID de US\$ 249 milhões, aprovado em 1995 (917/OC-BR), o Estado implantou o Programa de Desenvolvimento Municipal – Paraná Urbano I, em montante total de US\$ 426 milhões, concluído com êxito em 2001. Destaca-se na execução desse projeto a nova configuração institucional de financiamento municipal, considerada inovadora, na qual a principal característica é a descentralização do novo órgão encarregado da aprovação de projetos e respectivas solicitações de financiamento – o PARANACIDADE.

Em 2002, foi lançado o Programa Paraná Urbano II, com a captação de US\$ 100 milhões do BID, cujo último desembolso ocorreu em agosto de 2006.

A estratégia de o Estado continuar financiando investimento nos municípios por meio da Agência de Fomento Paraná S.A. decorre do fato de que o acesso aos



recursos no mercado financeiro ficou extremamente restrito com o advento do Plano Real, em que uma medida de política fiscal, referendada pelo Senado Federal em 1995, fixou o limite de endividamento dos governos pelo estoque de dívida existente na época. Somente recursos locais, repassados por instituição financeira própria em forma de destaque de capital, permite a continuidade da política estadual de apoio ao investimento nos municípios.

Prevê-se o atendimento, nesta modalidade de crédito, de 150 municípios com até 50.000 habitantes, envolvendo uma população em torno de 4.500.000 pessoas.

Por outro lado, entre as modalidades de apoio requeridas pelos empreendimentos de pequeno porte, o Estado do Paraná é o único nas regiões Sul e Sudeste a não contar com um fundo de investimento de Venture Capital. Nos casos existentes, a participação do estado nos fundos se dá alavancando recursos de outros parceiros locais e de recursos captados da Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP (Fundos de Inovar Semente) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (Criatec). A necessidade de aporte de recursos para que a Agência de Fomento Paraná S.A. venha a investir em fundos dessa modalidade baseia-se no longo prazo de giro dos recursos – os desinvestimentos estão previstos para ocorrer, em média, em seis anos -, exigindo "funding" apropriado.

2. O PROJETO

O Estado do Paraná está em busca de novas fontes de recursos financeiros para ampliar sua capacidade de investimento e, consequentemente, assegurar a implantação de programas prioritários do Plano de Governo para equacionar os problemas apontados pela população.

Dentro desse contexto, pleiteia-se, através do PROINVESTE/BANCO DO BRASIL (linha de financiamento disponibilizada ao Paraná pela Resolução Nº 4.109, de 5 de julho de 2012, do Banco Central), crédito no valor de R\$ 816.831.000,00 (oitocentos e dezesseis milhões e oitocentos e trinta e um mil reais). Esse montante será desembolsado nos próximos dois anos e apoiará ações nas áreas de modernização da infraestrutura rodoviária e de segurança pública e na capitalização do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE e da Agência de Fomento do Paraná S.A.

2.1. Objetivos

2.1.1. Modernização da Infraestrutura

- Reduzir os custos de transporte de pessoas e cargas mediante a diminuição das despesas de operação dos veículos que circulam pela malha rodoviária estadual;
- Aumentar o conforto e a segurança dos usuários que circulam nas rodovias;
- Reduzir o número de acidentes de trânsito através de ações que resultem em maior segurança aos usuários pela eliminação dos principais pontos críticos;
- Facilitar o fluxo de produtos e de mercadorias para os grandes centros de distribuição, comercialização e para os portos de Paranaguá e de Antonina;



- Oferecer melhor acesso das populações rurais aos serviços urbanos centralizados nas cidades-polo.

2.1.2. Capitalização junto ao BRDE

- Financiamento aos municípios do Paraná para projetos voltados à construção, ampliação, reabilitação ou reforma de obras de infraestrutura (estradas, pontes, viadutos, creches, hospitais etc.), visando ao atendimento da demanda por serviços básicos e bens públicos, a melhoria da qualidade de vida da população e melhores práticas de sustentabilidade;

2.1.3. Programa de Apoio aos Municípios e Empresas- Agência de Fomento do Paraná S.A.

- Melhorar a qualidade de vida nos municípios por meio de investimentos em infraestrutura urbana, propiciando o aumento da qualidade e cobertura dos serviços municipais básicos e sociais;
- Apoiar o desenvolvimento de empreendimentos emergentes de setores estratégicos para a economia paranaense.

2.1.4. Modernização da Segurança Pública

- Reduzir os níveis de violência e criminalidade em Curitiba, Região Metropolitana e Litoral.

2.2. Programas, Atividades e Executores

Programas / Atividades	Executor
Programa de Modernização da Infraestrutura Rodoviária: ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA - Projetos de Ampliação de Capacidade: 2.227,0 km; Projetos de Implantação: 466,6 km; Projetos para Duplicação: 34,5 km e Projetos para Readequação: 11,0 km IMPLANTAÇÃO DE RODOVIAS: 107,2 km DUPLICAÇÃO DE RODOVIAS: 30,5 km AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS: 400 unidades	SEIL
Capitalização junto ao BRDE - Financiamento aos municípios do Paraná para projetos voltados à construção, ampliação, reabilitação ou reforma de obras de infraestrutura (estradas, pontes, viadutos, creches, hospitais etc.), visando ao atendimento da demanda por serviços básicos e bens públicos, a melhoria da qualidade de vida da população e melhores práticas de sustentabilidade.	ESTADO /BRDE
Programa Paraná Seguro - Construção de delegacias cidadãs em Curitiba, Região Metropolitana de Curitiba e Litoral.	SESP
Programa de Apoio aos Municípios e Empresas Financiamento de Ações nos Municípios do Estado do Paraná; Apoio a Empresas Emergentes Paranaenses	ESTADO/Agência de Fomento do Paraná S.A.



2.3. Metas

Programas e/ou Projetos	Metas
Programa de Modernização da Infraestrutura Rodoviária	Aquisição de equipamentos: 400 unidades; Elaboração de projetos de engenharia; Projetos de ampliação de capacidade: 2.227,0 km; Projetos de implantação: 466,6 km; Projetos para duplicação: 34,5 km; Projetos para readequação: 11,0 km; Implantação de rodovias: 107,2 km; Duplicação de rodovias: 30,5 km.
Capitalização junto ao BRDE	<ul style="list-style-type: none">Aumentar o patrimônio líquido do BRDE em R\$ 200.000.000,00 - proporcionando uma alavancagem adicional para o banco, considerando critérios do BNDES em 01/07/2012, de R\$ 1.240.000.000,00.Ampliar o apoio a projetos de infraestrutura dos municípios no montante de R\$ 400 milhões, sendo R\$ 200 milhões dos recursos do PROINVEST-TE e mais R\$ 200 milhões na aplicação de linhas disponíveis para aquisição de máquinas e equipamentos, ônibus para transporte escolar, inclusão digital e modernização da gestão da administração pública
Programa de Apoio aos Municípios e Empresas	Contratar 150 (cento e cinquenta) financiamentos aos municípios com valor médio de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), total R\$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais); Investimento em 20 empresas com aporte médio de R\$ 2,5 milhões, totalizando um fundo de R\$ 50 milhões.
Programa Paraná Seguro	Construção de onze delegacias cidadã em Curitiba, Região Metropolitana de Curitiba e Litoral.

2.4. Principais Ganhos

2.4.1. Programa de Modernização da Infraestrutura Rodoviária

As ações que serão desenvolvidas no âmbito do programa rodoviário a ser financiado pelo PROINVEST/BANCO DO BRASIL têm uma área de abrangência que se estende por todo o território paranaense, embora sejam específicas em diversas localidades. Esta é uma particularidade da ação da rodovia para uma região visto que o benefício por ela



gerado repercute, com efeito multiplicador, além das fronteiras do entorno regional para o qual a ação foi planejada.

Ao impactar na qualidade das vias rodoviárias, o programa trará benefícios relativos à redução dos custos de frete e, por consequência, na redução dos preços dos produtos transportados, aumentando a competitividade da agropecuária e indústria paranaenses e beneficiando o consumidor final.

2.4.2. Capitalização junto ao BRDE

Este aporte proporcionará ao Paraná praticamente inverter o seu patrimônio líquido negativo e dará maior tranquilidade para continuar apoiando os investimentos da Região Sul. Com este valor, o aumento do capital social do BRDE passará dos atuais R\$ 85.303.707,54 para R\$ 685.303.707,54, pois os outros estados incorporarão reservas de capital acumuladas ao capital social da instituição.

Além dos ganhos para o BRDE, estes recursos proporcionarão a criação do Programa BRDE Mais Paraná, que terá os seguintes objetivos: financiamento aos municípios do Estado do Paraná para projetos voltados à construção, ampliação, reabilitação ou reforma de obras de infraestrutura (estradas, pontes, viadutos, creches, postos de saúde, hospitais etc.), visando o atendimento da demanda por serviços básicos e bens públicos, melhoria da qualidade de vida da população e melhores práticas de sustentabilidade.

2.4.3. Programa de Apoio aos Municípios e Empresas - Agência de Fomento Paraná S.A.

Financiamento aos municípios - Os ganhos serão medidos com a utilização de indicadores apurados pelo Paraná: (i) Índice de Oferta de Serviços Públicos - IOSP (média dos Índices de Carência Relativa - ICRs de Educação, Saúde e Desenvolvimento Urbano, baseado em dados relativos aos índices de cobertura de serviços de iluminação pública, pavimentação de vias urbanas e saneamento) e, (ii) Índice de Eficiência Fiscal - IEF (relação entre a receita tributária e a renda municipal).

Financiamento a empresas - O objetivo é apoiar empresas de ramos de atividades de interesse para o Paraná, localizadas em regiões onde a viabilidade seja favorecida pelas estruturas de apoio institucional existentes, bem como de propiciar apoio na gestão do negócio. A projeção de retorno econômico e de empregos gerados para o Estado não será representativa em termos absolutos em curto e médio prazo, dado o valor investido inicialmente, mas a expectativa é grande em termos de repercussão para o empreendedorismo estadual.

2.4.4. Modernização da Segurança Pública

Implementado pelo Governo do Estado, o Programa Paraná Seguro visa a melhoria da situação da Polícia Civil, instituindo o conceito de Delegacia Cidadã, além de ser reconhecido como o maior plano de segurança pública do país, que busca:

- Redução da violência e criminalidade urbana e rural;
- Fortalecimento das forças policiais Civil e Militar;



- Prevenção à violência entre os jovens;
- Combate ao crime organizado;
- Combate efetivo aos crimes ambientais;
- Desenvolvimento de ações de inteligência e tecnologia em segurança; e
- Paz social.

2.4.5. Empregos Gerados

O incremento de postos de trabalho (empregos) diretos e indiretos por conta da implantação dos programas que serão apoiados pelo PROINVESTE está estimado em 21.500.

3. Informações Complementares

O valor global estimado do projeto é de R\$ 816.831.000,00 (oitocentos e dezesseis milhões e oitocentos e trinta e um mil reais).

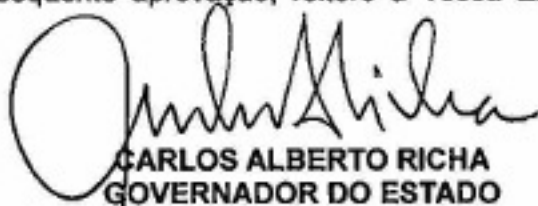
O prazo de execução do projeto será de dois anos, com previsão de início para o primeiro semestre de 2013, ficando na sua coordenação a Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral.

Os encargos previstos para o empréstimo, conforme Resolução Nº 4.109, de 5 de julho de 2012, do Banco Central, são Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP + 1,1% a.a. (um inteiro e um décimo por cento ao ano) com garantia da União, nos termos da legislação em vigor.

O prazo total do financiamento será de 15 (quinze) anos, incluindo 2 (dois) de carência."

Diante do exposto é que apresento o anexo Anteprojeto de Lei, objetivando obter autorização desse Poder Legislativo para que o Poder Executivo possa contratar a já mencionada operação de crédito junto ao Banco do Brasil S.A.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICHIA
GOVERNADOR DO ESTADO


**REQUERIMENTO**

Requer "Regime de Urgência" para a tramitação e votação do Projeto de Lei 569/12 de autoria do Poder Executivo.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e conforme o artigo 181 do Regimento Interno desta Casa, requer, após ouvido o Douto Plenário, "Regime de Urgência" para a tramitação do Projeto de Lei 569/12 oriundo da Mensagem Governamental nº 071/12.

Sala das Sessões, em 19 de novembro de 2012.

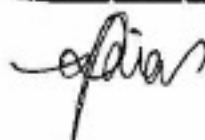
1


Deputado **Ademir Traiano**
Líder do Governo


Caline Gondim
Coord. Adm.
CCT
recebido
20.11.12.

Anote-se, junto-se a Proposição de referência

DL 20/11/12





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 569/12

Projeto de Lei nº. 569/12

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 071/12

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito junto ao Banco do Brasil S.A., no âmbito do Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e do Distrito Federal – PROINVESTE, e adota outras providências.

EMENTA: AUTORIZA PODER EXECUTIVO A CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO JUNTO AO BANCO DO BRASIL S.A., NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE APOIO AO INVESTIMENTO DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL – PROINVESTE, E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 24 CF. ARTS. 65, 87, 133 E 134 DA CE. ARTS. 40, 43 E 46 DA LEI FEDERAL 4.320/64. ARTS. 14, 15, 29 E 32 LC 101/00. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo tem como escopo autorizar o Poder Executivo a contratar operação de crédito, junto ao Banco do Brasil S.A., no âmbito do Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e do Distrito Federal – PROINVESTE, e adota outras providências.

REGIME DE URGÊNCIA

Concedido vista.

Em 19 / 11 / 2012

Tadeu Sena
CCJ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de Projetos de Lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifos nossos)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição do Estado do Paraná, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifos nossos)

Com efeito, a Constituição Federal em seu artigo 24, inciso II estabelece:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:
II - orçamento;

Além disso, podemos verificar a adequação do proponente às normas pertinentes, nesse ponto dispõe a Constituição do Estado do Paraná:

Art. 133. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

II - as diretrizes orçamentárias anuais;

III - os orçamentos anuais.

§ 3º. A lei de diretrizes orçamentárias, de caráter anual, compreenderá:

VI - os ajustamentos do plano plurianual decorrentes de uma reavaliação da realidade econômica e social do Estado;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 134. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pela Assembleia Legislativa. (grifo nosso)

O projeto de lei ora em tela, objetiva autorizar o Poder Executivo a contratar operação de crédito, nos termos do artigo 43, §1º, inciso IV, da Lei Federal nº 4.320 de 1964:

Art. 40. São créditos adicionais, as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento.

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.

(...)

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

- I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;
- II - os provenientes de excesso de arrecadação;
- III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei;
- IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las.

Art. 46. O ato que abrir crédito adicional indicará a importância, a espécie do mesmo e a classificação da despesa, até onde for possível. (grifos nossos)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Não obstante, a Lei Complementar Federal nº 101/00, conceitua operação de crédito:

Art. 29. Para os efeitos desta Lei Complementar, são adotadas as seguintes definições:

III - operação de crédito: compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros;

Equipara-se a operação de crédito a assunção, o reconhecimento ou a confissão de dívidas pelo ente da Federação, sem prejuízo do cumprimento da exigência dos arts. 15 e 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal:

Art. 15. Serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação que não atendam o disposto nos arts. 16 e 17.

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira



Assembleia Legislativa do Estado do Pará
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

Cabe ao Ministério da Fazenda verificar o cumprimento dos limites e as condições à realização da operação de crédito, conforme determina o art. 32 da Lei Complementar supramencionada:

Art. 32. O Ministério da Fazenda verificará o cumprimento dos limites e condições relativos à realização de operações de crédito de cada ente da Federação, inclusive das empresas por eles controladas, direta ou indiretamente.

§ 1º O ente interessado formalizará seu pleito fundamentando-o em parecer de seus órgãos técnicos e jurídicos, demonstrando a relação custo-benefício, o interesse econômico e social da operação e o atendimento das seguintes condições:

- I - existência de prévia e expressa autorização para a contratação, no texto da lei orçamentária, em créditos adicionais ou lei específica;
- II - inclusão no orçamento ou em créditos adicionais dos recursos provenientes da operação, exceto no caso de operações por antecipação de receita;
- III - observância dos limites e condições fixados pelo Senado Federal;
- IV - autorização específica do Senado Federal, quando se tratar de operação de crédito externo;
- V - atendimento do disposto no inciso III do art. 167 da Constituição;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



VI - observância das demais restrições estabelecidas
nesta Lei Complementar.

Ademais, é preciso observar que a Constituição Estadual
aduz que **competete privativamente ao Governador do Estado** iniciar o
processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição,
bem como realizar as operações de crédito previamente autorizadas pela
Assembleia, nos termos do artigo 87, vejamos:

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

IV – iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos
previstos nesta Constituição;

XIX – realizar as operações de crédito previamente
autorizadas pela Assembleia (grifos nossos)

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a
competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Por fim, no que tange às normas de elaboração
normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto
encontra-se revestido de legalidade.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
Fls. 24
8

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 19 de novembro 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE


DEPUTADO ADEMAR TRAIANO

RELATOR

APROVADO
unânime 20.11.12
8



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 569/12

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, examinar a Proposição de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 071/12 que objetiva autorizar o Poder Executivo a contratar operação de crédito junto ao Banco do Brasil S.A., no âmbito do Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e do Distrito Federal – PROINVESTE, até o limite de R\$817.000.000,00 (oitocentos e dezessete milhões de reais) e adota outras providências.

Inicialmente denota-se que a proposta foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Ademar Traiano e após sua análise constitucional e regimental exarou o competente parecer favorável.

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, nada encontramos que possa obstar a sua normal tramitação.

Observe-se, que o objeto do Projeto em tela, está em consonância com o art. 43, § 1º, inciso IV da Lei Federal nº 4.320/64. (Lei Orçamentária Anual).

Oportuno observar, que a Carta Magna Federal, em seu art. 24, inciso II, assegura a competência concorrente aos Estados na questão orçamentária.

De igual modo, constata-se que a Constituição do Estado, em seus arts. 65, 87, 133 e 134 ressalta que a iniciativa privativa de matérias dessa natureza é do Governador do Estado.




ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

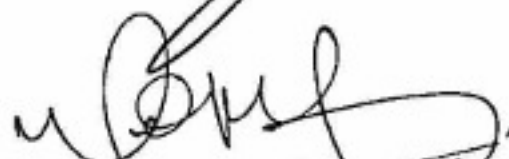
Da mesma forma, a matéria em questão está em consonância com a Lei Complementar Federal nº 101/00.

Isto posto, nada encontramos que possa obstar a normal tramitação processual legislativa nesta Casa Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

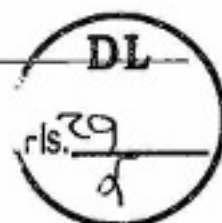
É o parecer.

Sala das Comissões, 20/11/12


DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE


DEPUTADO WALDIR ROGÉRIO
RELATOR



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 569/12

I — RELATÓRIO

O Projeto de Lei acima epigrafado foi encaminhado pelo chefe do Executivo Estadual, acompanhado da Mensagem nº 71/2012, para este Legislativo, a fim de ser apreciado e votado pelos pares desta Casa, e tem como proposta *“autorizar o Poder Executivo a contratar operação de crédito até o limite de R\$ 817.000.000,00 (oitocentos e dezessete milhões de reais), junto ao Banco do Brasil S.A.”* no âmbito do Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e do Distrito Federal — PROINVESTE destinados obrigatoriamente na aplicação de execuções das ações:

I — Programa de Modernização da infraestrutura Rodoviária;

II — Programa Paraná Seguro;

III — Programa de Apoio aos Municípios;

IV — Aportes para Aumento de Capital do Banco Regional de desenvolvimento ao Extremo Sul — BRDE e da Agência de Fomento do Paraná S.A.

Os recursos de que trata este crédito tem como objetivo ampliar, em apoio aos investimentos necessários para atender as demandas de serviços públicos municipais e promover e melhoria da qualidade de vida da população.

O Estado do Paraná oferece como contra garantias à garantia da União, as receitas oriundas de cotas da repartição constitucional previstas nos arts. 157 e 159, complementadas pelas receitas tributárias estabelecidas no art. 155, nos termos do § 4º do art. 157, todos da Constituição Federal, bem como outras garantias em direito admitidas. A autonomia do Poder e a sua função fiscalizadora devem ser sempre mantidas, para que o papel das Instituições tenha legitimidade na consolidação do processo democrático. Assim a definição de limites e/ou critérios aprovados pelos instrumentos legais é a garantia de que este Legislativo exerce com plenitude o seu papel constitucional.

É o parecer



II — DA FUNDAMENTAÇÃO DO PARECER

A proposta ora em análise tramitou pelas Comissões de Constituição e Justiça e Finanças sendo que seus relatores exararam parecer favorável pela constitucionalidade e legalidade, sendo aprovado por unanimidade naquelas Comissões.

A autorização legislativa para a abertura de crédito especial ora proposta encontra-se embasada no inciso V, do artigo 135 da Constituição Estadual que diz:


"Art. 135 São vedados:

V — a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes."

III — CONCLUSÃO

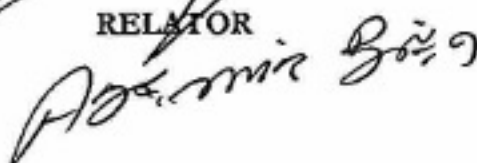
Assim, chamada esta relatoria a se manifestar no projeto de lei em epígrafe, conforme preceitua o § 4º, do artigo 33 do Regimento Interno, nosso parecer é favorável.

Sala de Reunião das Comissões, 20 de novembro de 2012


DEP. NEREU MOURA
PRESIDENTE


DEP.

RELATOR


Admir Bôg



